

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ASPECTOS RELEVANTES DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA: UMA ABORDAGEM AOS PROFISSIONAIS DE
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT.**

**Autor: Edson Rodrigues de Moraes
Orientador: Prof. Esp. Cláudio Luis Lima**

**JUÍNA-MT
2009**

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ASPECTOS RELEVANTES DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA: UMA ABORDAGEM AOS PROFISSIONAIS DE
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT.**

Autor: Edson Rodrigues de Moraes

Orientador: Prof. Esp. Cláudio L. Lima dos Santos

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em ciências contábeis.

**JUÍNA-MT
2009**

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO
VALE DO JURUENA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ASPECTOS RELEVANTES DA IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA: UMA ABORDAGEM AOS PROFISSIONAIS DE
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA.**

Monografia apresentada em (09/12/2009) e aprovada pela Banca Examinadora,
constituída pelos professores:

Prof. Esp. Claudio L. Lima dos Santos
Orientador – Presidente da Banca

Prof. Mestre Cleiva Schaurich Mativi
Membro

Prof. Elenice Cardoso de Azevedo
Membro

**JUÍNA-MT
2009**

**AJES FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

TERMO DE APROVAÇÃO

Edson Rodrigues de Moraes

Claudio L. Lima dos Santos
ORIENTADOR:

NOTA/CONCEITO

Dedico a meu padrasto João, minha mãe, meus irmãos e minha esposa que sempre estiveram ao meu lado me motivando todos os dias para alcançar meus objetivos, com humildade e sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu e me dá: saúde, força e alegria para viver.

Agradeço ao professor Cláudio Luís Lima a orientação destinada a mim, compartilhando sua experiência profissional na área contábil e o bom entendimento no assunto, requisito fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao João Batista de Lima que assumiu a figura de pai em minha vida sendo importante em minhas decisões, a minha mãe Neuza por acreditar no meu sucesso, meus irmãos (Hemerson e Viviani) por apoiarem em todas as situações e minha esposa (Morgana) por ser compreensiva nos momentos de ausência em virtude da conclusão do curso.

Ao Sr. Clécio Luiz Pappen (empresário) que aos 12 anos de idade custeou cursos completos de datilografia e informática, que contribuíram para minha formação profissional.

Ao James Alvaro Trevisan pela confiança depositada em mim, e por estar sempre à disposição.

Às empresas que foram importantes nessa trajetória: ao Contasse Contabilidade e Assessoria Juína Ltda, que acreditou na minha capacidade profissional no tempo em que fui funcionário, e ao Banco Bradesco S/A de Juína, pela flexibilidade do horário para que eu pudesse dedicar mais tempo aos estudos.

A todos o meu carinho e respeito.

“O principio do saber é o temor a Deus”

Provérbios do rei Salomão

RESUMO

Através do Decreto 6.022/2007 é instituído o Sistema Público de Escrituração Digital, o projeto SPED é dividido em cinco subprojetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e). Serão abordados a seguir em tópicos detalhados apresentando os aspectos relevantes da implantação da nota fiscal eletrônica, onde a finalidade é racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias reduzindo tempo e custo, entre outras, com o objetivo de verificar os impactos causados na prestação dos serviços contábeis com o advento da NF-e. Para tal acontecimento é indispensável à figura do profissional contábil que vive um momento de adaptação a nova era da informatização eletrônica, porém com necessidade de aprimoramento no assunto, o mesmo será apresentado de forma estruturada. Para desenvolvimento da pesquisa e, por se tratar de um assunto da atualidade não foi possível contar com grande quantidade de material literário, a presente pesquisa, além de dedutivo-hipotético é também de cunho exploratória.

Os resultados apresentados na pesquisa realizada são bem significativos comprovando que a NF-e tem causado impacto positivo sim, com 90% de concordância por parte dos entrevistados. A NF-e elimina os procedimentos burocráticos pertinentes a contabilidade, reduzindo erros e custos na escrituração fiscal, agiliza as operações comerciais entre contribuinte/contador/fisco agregando maior valor a profissão contábil.

Palavras-Chave: Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Nota Fiscal Eletrônica. Profissional Contábil. Certificado Digital.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AC's	Autoridades Certificadoras
AR	Autoridade de Registro.
CD	Certificado Digital
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFOP	Código Fiscal de Operações e Prestações
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CT-e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
DACTE	Documento Auxiliar para Conhecimento de Transporte Eletrônico
DANFE	Documentos Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DPEC	Declaração Prévia de Emissão em Contingência
ECD	Escrituração Contábil Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ENAT	Encontro Nacional de Administradores Tributários
ICMS	Imposto sobre operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação
ICP Brasil	Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira
IN	Instrução Normativa
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
MP	Medida Provisória
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PMATA	Projeto de modernização da Administração Tributária e Aduaneira
PVA	Programa Validador e Assinador
RFB	Receita Federal do Brasil
RIS	Rede de Informações e Serviços
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
SINIEF	Sistema Nacional de Informações Econômica Fiscais
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SRF	Secretaria da Receita Federal

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de usuários da contabilidade	22
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de recepção dos arquivos da EFD	34
Figura 2: Modelo de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE	44
Figura 3: Emissão e Transmissão da NF-e	46
Figura 4: Consulta NF-e pela Internet	47
Figura 5: Envio NF-e para Receita Federal e outra SEFAZ	48
Figura 6: Confirmação da NF-e	49
Figura 7: Sistema administrativo com Nota Fiscal Eletrônica e SPED integrados ...	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 PROBLEMA	14
1.3 HIPÓTESES	14
1.4 OBJETIVOS	14
1.4.1. Objetivo Geral	14
1.4.2. Objetivos específicos	15
1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	15
1.6 JUSTIFICATIVA	15
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 CONTABILIDADE	18
2.1.1 O profissional da Contabilidade	19
2.1.2 Usuários da Contabilidade	20
2.1.3 Tipos de usuários	21
2.1.4 Sistemas Contábeis	23
2.1.5 Evolução do sistema contábil.....	24
2.1.6 Informatização na contabilidade.....	27
2.2 SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.....	28
2.2.1 Legalidade.....	29
2.2.2 Escrituração Contábil Digital	32
2.2.3 Escrituração Fiscal Digital	33
2.2.4 Certificado Digital	34
2.2.5 Aspectos Legais do Certificado Digital	36
2.2.6 Autoridade Certificadoras - AC's.....	37
2.3 ASPECTOS GERAIS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA	38
2.3.1 Histórico da NF-e	39
2.3.2 Normas da Nota Fiscal (Papel)	40
2.3.2 Características da Nota Fiscal Eletrônica.....	41
2.3.4 DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica	42
2.3.5 Recebimento e guarda da NF-e	43

2.3.6 Descrição Simplificada do Modelo Operacional	44
2.3.7 Detalhamento das Etapas do Modelo Operacional	45
METODOS DE PESQUISA	51
ANÁLISE E RESULTADOS	53
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXO	78

INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O cenário atual mudou graças à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital composto por cinco subprojetos que tem por objetivo principal promover a integração dos Fiscos, padronizar e compartilhar as informações contábeis e fiscais, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias, estabelecer ainda uma transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores, que buscam através de inovação tecnológica tornar mais eficaz os serviços prestados. Os estados têm autonomia própria para legislar e fiscalizar, no entanto chegam a gastar bilhões com despesas para tal finalidade.

Diante do enorme gasto com a “máquina pública” no âmbito fiscalizador, daí a necessidade pela busca por inovações tecnológicas que venha minimizar o trabalho burocrático, braçal e ainda reduzindo custos, e principalmente fiscalizando de forma mais intensiva e em tempo real.

O papel da mais nova inovação tecnológica o “documento digital” é na verdade um grande passo para o desenvolvimento do país, pois tem por objetivo racionalizar e modernizar a administração tributária brasileira, reduzindo custos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias, monitorando de um modo geral a vida fiscal das empresas por meio eletrônico através das informações prestadas pelos contadores e contribuintes. No entanto para que este projeto de bons resultados é indispensável o bom relacionamento dos profissionais envolvidos.

1.2 PROBLEMA

O problema sempre existirá quando se propõe uma pesquisa científica para resolução do problema ainda não abordado.

Segundo GIL, (2002, p. 26), “Toda pesquisa se inicia com algum tipo de problema, ou indagação. Todavia, a conceituação adequada de problema de pesquisa não constitui tarefa fácil, em virtude das diferentes acepções que envolvem este termo”.

Quais os impactos causados com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica na prestação dos serviços contábeis?

1.3 HIPÓTESES

A hipótese não é certeza da resposta à pesquisa, pois se assim o fosse não seria necessário realizar pesquisa. Contudo, faz-se necessário ter uma relação estreita entre problema e hipótese (s) de pesquisa. As hipóteses são provisórias, porque poderão ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da pesquisa. Um mesmo problema pode ter diversas hipóteses, que são soluções possíveis para sua resolução. Silva (2008, p.48)

- a) Capacitação na mão-de-obra dos profissionais da área contábil com a implantação da nf-e;
- b) Investimentos tecnológicos para atender as exigências do fisco quanto ao sistema eletrônico, SPED e NF-e;
- c) Redução de erros na escrituração fiscal;
- d) Implantação e utilização da Nota Fiscal Eletrônica de forma correta.
- e) Unificação das obrigações acessórias do contribuinte

1.4 OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Segundo Gil, (2009, p. 41) “É sabido que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais”.

A pesquisa procurou verificar qual a contribuição oriunda da implantação da Nota Fiscal Eletrônica e os impactos causados na prestação dos serviços contábeis pelos profissionais de contabilidade.

1.4.2. Objetivos específicos

- a) Falar sobre o profissional e contabilidade;
- b) Descrever o processo eletrônico da NF-e;
- c) Enfatizar o novo modelo de nota fiscal eletrônica;
- d) Verificar a contribuição a partir da implantação da NF-e na área contábil;
- e) Identificar o papel do certificado digital no processo eletrônico.

1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Para elaboração deste trabalho, procurou-se observar os aspectos relevantes com a implantação da nota fiscal eletrônica, e os resultados em relação à área contábil, através de Leis, Decretos, Instruções Normativas, Atos Cotepe, Livros Impressos e Digitalizados para tratar especificamente do Subprojeto do SPED a NF-e, que tem papel importantíssimo para a reestruturação do processo contábil, a presente pesquisa será realizado junto aos profissionais da área contábil do município de Juína-MT e busca saber quais os impactos causados na prestação dos serviços contábeis.

1.6 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa nasceu a partir da necessidade de aprimoramento por parte dos profissionais contábeis, e tem o objetivo apresentar aos usuários da Nota Fiscal Eletrônica, em tópico as principais mudanças ocorridas na prestação dos serviços contábeis. O presente trabalho esta embasado teoricamente para boa compreensão do leitor, e instruir aos usuários a maneira correta de utilização da NF-e.

O SPED foi instituído em 2007 através do decreto 6.022 e representa mudança significativa na relação fisco, contribuinte e contador principalmente nessa fase de implantação do ambiente digital. A mais nova inovação tecnológica tem objetivos de mudar os procedimentos contábeis, para isso é necessário que, empresários e contadores busquem maiores informações e aprofundamento no assunto, para não serem surpreendidos pelo fisco.

A Nota Fiscal Eletrônica faz parte do ambiente de trabalho de muitas empresas e mesmo assim há dificuldade de utilização dessa nova ferramenta por parte dos usuários, que serão penalizados caso não venham a se aprimorar no assunto.

Diante deste cenário, abordagem sobre a NF-e torna-se cada vez mais relevante para aqueles que realmente tem, comprometimento com suas obrigações profissionais, pois a NF-e poderá causar impactos significativos na vida das empresas e escritórios de contabilidade.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está dividido em cinco capítulos, que segue:

1. Introdução: Aborda a contextualização, problema da pesquisa, hipótese da pesquisa, objetivo geral e específico, delimitação da pesquisa, justificativa e por ultimo a estrutura do trabalho.

2. Referencial teórico: Neste capítulo foram abordados tópicos sobre: a Contabilidade, O profissional da Contabilidade, Usuários da Contabilidade, Tipos de Usuários, Sistemas Contábeis, Evolução do sistema contábil, Informatização na Contabilidade, SPED, Legalidade do SPED, Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital, Certificado Digital, Aspectos Legais do Certificado Digital, Autoridade Certificadoras - AC's, Aspectos gerais da Nota Fiscal Eletrônica, Histórico da NF-e, Normas da Nota Fiscal (Papel), Características da Nota Fiscal Eletrônica, DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, Recebimento e guarda da NF-e, Descrição Simplificada do Modelo Operacional, Detalhamento das Etapas do Modelo Operacional.

3. Metodologia: Evidencia os métodos com que foi realizado o trabalho e como foi desenvolvida a pesquisa.

4. Apresentação da Análise dos Resultados: Com embasamentos teóricos em leis, Decretos, Instruções Normativas, Medidas Provisórias, Livros literários, artigos da internet etc... Sendo verificado a contribuição na maximização dos serviços contábeis com advento da Nota Fiscal Eletrônica, junto aos profissionais de Juína-MT.

5. Conclusão: Esta seção apresenta a resposta ao problema da pesquisa, as hipóteses confirmadas ou não, e também como foram atingidos os objetivos e a conclusão geral do trabalho pesquisado.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

Segundo Marion (1998, p. 24), a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas.

Sempre que pessoas se reúnem a fim de promover algum evento com fins lucrativos ou não, faz-se necessário levantar dados, coletar informações sumarizando-os em forma de relatórios para possível tomada de decisões. Depois de tomada a decisão e colocada em prática é preciso evidenciar os resultados alcançados “tal ato é chamado de contabilidade final”, sendo que os resultados apresentados podem ser: positivo (lucrativo) ou negativo (prejuízo).

Todos os dias pessoas no mundo inteiro estão tomando decisões, decisões essas que podem mudar totalmente suas vidas, uma escolha errada pode trazer grandes conseqüências pessoais, profissionais e financeiros, decisões que vão desde escolha da melhor roupa que deverá ser usada em uma reunião ou até mesmo quando e quanto investir em uma bolsa de valores. São exemplos distintos, porém que devem ser analisados para uma possível tomada de decisão objetivando resultados positivo.

Segundo Ebah, (2009):

O surgimento da contabilidade pode ser explicado pela necessidade de suprir as limitações da memória humana mediante um processo de classificação e registro que lhe permitisse recordar facilmente as variações sucessivas de determinadas grandezas, para que em qualquer momento pudesse saber a sua dimensão. Progressivamente a contabilidade transforma-se numa fonte de informações na medida em que pode facultar a qualquer momento o conhecimento da situação da empresa e o andamento dos seus negócios.

Considera-se, portanto que a Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter, uma organização e um controle permanente do patrimônio da empresa. Tem como principal finalidade fornecer informações sobre o

patrimônio, de ordem econômica e financeira, que facilitam assim as tomadas de decisões, por parte daqueles que pretendem investir na empresa

Todas as movimentações possíveis de se mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que em seguida, resume os dados registros em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, através dos relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os fatos obtidos, as causas que levaram àqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro. (Marion, 1998 p. 24)

2.1.1 O profissional da Contabilidade

o sucesso da profissão, na atual conjuntura, depende de alguns fatores importantes, como: capacidade de interpretar corretamente legislação, principalmente a societária e a tributária, senso de organização e controle, domínio da informática e visão gerencial. (Oliveira, 1997, p.12).

Na era da informatização evolução tecnológica em um processo acelerado, temos como destaque o profissional contábil que faz parte na vida de qualquer empresa seja pequena, média ou de grande porte. Pois as informações (documentos fiscais) são encaminhadas aos profissionais contábeis em primeira mão e são transformadas em informações contábeis, porém a mudança na legislação e novas exigências de mercados são constantes, com isso o profissional contábil tem que ter atitudes pró-ativas visando uma boa prestação de serviços a seus clientes.

A função do profissional de contabilidade, neste século em meio a tantas mudanças, pode ser considerada a de um gerenciador de informação. Pesquisa, estudos, leitura e aperfeiçoamento contínuo e amplo devem ser constantes, compreendendo as normas internacionais de contabilidade, legislação fiscal, comercial e outros assuntos que norteiam a contabilidade tornando-se um verdadeiro gestor de informação e conhecimento.

O profissional deve ter capacidade de se expressar de forma clara e objetiva, ótima redação, domínio de recursos de informática e conhecimentos de estatística.

O principal parceiro do fisco é o “profissional da contabilidade”, que é o responsável por interpretar e orientar os contribuintes com base na legislação tributária, além de apresentar através das declarações exigidas pelo fisco dados obtidos da contabilidade.

Segundo Marion (1998, p. 26) Denomina-se técnico em contabilidade aquele que cursou Contabilidade em nível de 2º grau. Após o término do curso superior (3º) de contabilidade, o profissional é chamado contador ou bacharel em Ciências Contábeis. Tanto o técnico em Contabilidade quanto o contador são chamados contabilistas, e ambos podem, legalmente, ser responsável pela contabilidade das empresas, analistas de balanços, pesquisadores contábeis etc. O contador, porém, está habilitado a exercer outras atividades não cabíveis ao técnico em Contabilidade. Essas atividades são:

- Auditoria: exame e verificação da exatidão dos procedimentos contábeis.
- Perícia contábil: investigação contábil de empresas motivada por uma questão judicial (solicitado pela justiça).
- Professor de Contabilidade: o contador pode ser professor de curso técnico. Para ser professor de curso superior exige-se pós-graduação.

2.1.2 Usuários da Contabilidade

O usuário da contabilidade vai desde uma entidade sem fins lucrativos (Igreja), até uma autarquia governamental como, por exemplo: entidades econômico-administrativas, ou até mesmo as pessoas de direito público, como a União, os Estados, Os Municípios, as Autarquias, etc.

Segundo Osni Moura Ribeiro (2009, pág. 4) Compreendem como usuários da contabilidade todas as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios ou acionistas (empresas societárias), administradores, governo (fisco), fornecedores, clientes, investidores que atuam no mercado de capitais, bancos etc.

Pode-se evidenciar o ciclo principal que está correlacionado como usuários da contabilidade e sua boa aplicação:

A empresa através de seus administradores e sócios busca os meios contábeis para obter resultados, mas por sua vez precisa de capital de giro, recursos para investimentos tecnológicos. Dessa forma recorrem às instituições financeiras para adquirir linhas de créditos, os bancos solicitam através dos relatórios contábeis informações sobre a “saúde financeira da empresa” garantindo o futuro pagamento das dívidas. Os fornecedores querem saber se a empresa terá condições de cumprir com suas as obrigações. Clientes investidores que atuam no mercado de capitais. Por fim o governo o principal interessado na aplicação eficaz da contabilidade e o lançamento real do faturamento das empresas e conseqüentemente na arrecadação de impostos e contribuições.

Segundo Marion (1998, p.25) os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade as suas respostas.

Visando melhorar os resultados econômicos das administrações tributárias, o governo investe pesado na tecnologia da informatização e os meios eletrônicos capazes de fiscalizar a vida da empresa em tempo real.

De acordo com Duarte, (2008, p.81) cada SEFAZ poderá desenvolver sistemas próprios para autorização da emissão da NF-e, mas, na prática, muitas unidades federativas estão optando por utilizar os serviços eletrônicos da SEFAZ VIRTUAL.

2.1.3 Tipos de usuários

Segundo Favero, (2005, p. 2) os usuários são as pessoas ou entidades que necessitam de alguma informação contábil para tomarem decisões. Classificam-se em internos e externos.

Os usuários internos são tão importantes quanto os externos, considerando por exemplos os gerentes, os diretores, os encarregados de produção, os chefes de departamentos etc., necessitam das informações contábeis para tomarem as decisões corretas, ou seja, os cargos que são ligados diretamente a tomada de decisão devem ter o máximo de informações necessárias para o alcance do melhor resultado e ter um bom entrosamento com o contador o qual dará suporte para interpretação dos relatórios contábeis emitidos.

Segundo Favero, (2005, p.2)

Os usuários Internos são aqueles que trabalham na empresa e ocupam cargos que requerem a tomada de decisões, para tanto, precisam de informações direcionadas de acordo com as suas necessidades. Exemplificando, nessa categoria de usuários incluem-se os gerentes, os diretores, os encarregados de produção, os chefes de departamentos etc.

Enquanto os usuários internos são responsável pela elaboração das informações contábeis e demais relatórios, ao contrário, o usuário externo não tem nenhuma ligação na elaboração das informações emitidas pela empresa, no entanto para firmarem um acordo comercial, nasce a necessidade do usuário externo obter essas informações para resguardá-lo do cumprimento do acordo firmado.

Segundo Favero (2005 p.2)

Os usuários externos são aqueles que não possuem relação de trabalho com a empresa, mas necessitam de informações para a tomada de decisões acerca de tributação, garantia de recebimento, fornecimento de mercadorias etc. As informações contábeis para esses usuários normalmente, são padronizadas. Exemplificando, nessa categoria de usuários incluem-se o governo, instituições financeiras, fornecedores, sindicatos, acionistas ou quotistas etc.

TIPOS DE USUÁRIOS

Internos	Informações Requeridas
Empregados	Fluxo de caixa capaz de assegurar condições de boa remuneração.
Diretores	Desempenho e rentabilidade.
Encarregados de Produção	Produtividade e análise das variações de desempenho.
Encarregados de Vendas	Desempenho por região, linhas de produtos, vendedores etc.
Externos	Informações Requeridas
Instituições Financeiras	Capacidade de pagamento da empresa. Ao emprestar o dinheiro, sua preocupação é que a empresa tenha uma geração de caixa futuro suficiente para pagar, com segurança, o capital emprestado atualizado mais o juros.
Entidades Governamentais	Lucro tributável, produtividade e valor adicionado.
Acionistas ou Quotistas Minoritários (Não participante da administração das entidades)	Retorno sobre o capital investido. Normalmente esperam que a empresa tenha condições de manter um fluxo regular de distribuição de lucros.
Sindicatos	Fluxo de caixa futuro e rentabilidade.

Quadro: Tipos de usuários da contabilidade

Fonte: Contabilidade teoria e prática

Conforme exposto no quadro acima, observa-se que a tendência das informações contábeis para os diversos usuários, mostra que os mesmos estão

interessados na geração de caixa, e a capacidade da empresa cumprir com sua obrigação futura.

De acordo com Favero, (2005, p.3)

Observando o tipo de informação requisitada pelos diversos usuários, verifica-se que, em geral, eles estão preocupados com a capacidade de geração de caixa e rentabilidade da empresa. Isso implica afirmar que a informação contábil torna-se relevante quando é confiável e oportuna, servindo de instrumento de predicação sobre eventos ou tendências futuras.

As informações disponibilizadas aos diversos usuários, mostra que necessita de aperfeiçoamento para que as informações venham atender a todos interessados, adaptando com os requisitos específicos de cada um, no entanto o caminho para tal realização esta na proximidade entre o contador com os usuários.

Segundo Favero, (2005 p.4)

À medida que o contador procura através de um conjunto básico e padronizado de informações atender diversos usuários, adaptando-o de acordo como os requisitos específicos de cada um, percebe-se que está havendo uma preocupação com a qualidade da informação contábil, especialmente quando esse profissional procura levar em consideração a capacidade de compreensão dos usuários e a relação custo x benefício.

2.1.4 Sistemas Contábeis

Segundo Geraldo Mattos, conceitua Sistemas como um conjunto de procedimentos que devem ser seguidos para se fazer alguma coisa.

Desta mesma forma o sistema contábil trata-se também de um conjunto de procedimentos, atividades ligadas à área empresarial, com finalidade de registrar atos e fatos ocorridos na vida da empresa, contabilizando-os afim, de gerar informações financeiras que servirão para a tomada de decisão da empresa.

Segundo Marion, (1998 p.158)

Entende-se por sistema de contabilidade o conjunto de atividades contábeis que engloba a compreensão da atividade empresarial (necessária para elaborar um plano de contas adequado), a análise e interpretação de cada fato contábil isoladamente, a contabilização e a elaboração das Demonstrações Financeiras, sua análise, interpretação e recomendações para aperfeiçoar o desempenho da empresa.

Quando se fala em sistema que atendam as necessidades das empresas, é bom ter em mente que os sistemas devem ser compatíveis com atividades das

mesmas, não podendo padronizar apenas um tipo de sistema, lembrando sempre que além das próprias necessidades deve-se pensar nos outros usuários da contabilidade.

Muitas alternativas podem surgir na escolha de um sistema contábil. É preciso, porém, em primeiro lugar, considerar as necessidades administrativas; em segundo lugar, os outros usuários da contabilidade, governo, instituições financeiras, funcionários, fornecedores etc. Além disso, é muito importante ter presentes os recursos disponíveis, sejam eles humanos, técnicos ou monetários. (Marion, 1998 p. 158)

2.1.5 Evolução do sistema contábil

Para chegar ao Sistema Público Escrituração Digital (SPED), as empresas já utilizavam sistema para o registro contábil, porém os sistemas evoluíram-se com o passar do tempo, entende-o na seguinte ordem: Manual, Maquinizado, Mecanizado, Eletrônico e hoje SPED.

Fala-se em sistemas contábeis super modernos e formas de contabilização totalmente eletrônica com o advento do SPED, no entanto vale recordar que para chegar nesse patamar à contabilidade passou por varias fases de adaptação. A primeira trata-se do sistema manual, que tinha como ferramentas de trabalho: canetas, livros ou fichas a serem escrituradas. Imagine o trabalho para o processo de contabilização de uma multinacional?

Para Marion, (1998 p.159)

Todos os sistemas contábeis dependem de acionamento manual. Aqui, no entanto, entende-se por sistema manual aquele que se utiliza de instrumentos simples, de valor reduzido, tais como canetas, livros ou fichas a serem escrituradas etc.

O livro Diário e Razão, neste processo, podem ser adquiridos em lojas especializadas ou em papelarias.

Mesmo de forma manual a figura do profissional da contabilidade já existia no meio das empresas como algo indispensável para sua atividade, onde para registro de livros (Termo de abertura e de encerramento) na Junta Comercial os mesmos deveriam ser assinados por um contador ou técnico da contabilidade registrado no CRC.

O Diário, antes de ser usado, deve ser registrado na Junta Comercial, e tanto o termo de abertura como o de encerramento deverão ser assinados

pelo titular da firma e pelo contador ou técnico de contabilidade registrado no CRC. (Marion, 1998 p. 159)

O sistema maquinizado era mais moderno, pois agora já não tinham apenas canetas ou fichas como ferramentas, mas também a máquina de datilografar que possibilitava maior organização aos registros contábeis com uma aparência melhor do que a manual. Esse era apenas um passo para o avanço dos sistemas contábeis porém ainda muito distante.

Um processo mais moderno utiliza a máquina de datilografar comum, a máquina de calcular e um formulário denominado " Ficha Tríplice". Esse processo é conhecido como maquinizado (e não mecanizado).

A Ficha Tríplice é constituída de três vias (daí a origem do seu nome). Tem uma impressão tipografia diferenciada (em cores) para cada via e a datilografia deve ser realizada com o uso de carbono. A finalidade de cada uma delas é:

- Primeira via: impressa e datilografada com tinta copiativa, destina-se a ser copiada no Livro Diário.
- Segunda via: destina-se a compor o Razão da conta debitada, uma vez que o campo (espaço) destinado á conta de crédito está cancelado.
- Terceira via: tendo cancelado o campo da conta debitada, destina-se a compor o Razão da conta creditada. (Marion, 1998 p. 160)

Os livros fiscais onde eram feitos os lançamentos contábeis eram adquiridos na maioria das vezes em papelaria e forma de utilizar eram através de equipamentos de copiagem com papel adaptado a operação.

Para esse caso recomenda-se a aquisição do Livro Diário com folhas em branco, adaptando-se a quantidade do papel de acordo com o equipamento de copiagem: equipamento de gelatina → papel acetinado; prensa → papel chinês etc. (Marion, 1998 p. 160)

Adota-se através do sistema Mecanizado uma contabilidade de certa forma moderna, pois a mesma é caracterizado por um equipamento contábil, uma maquina específica para os registros contábil, que possibilita somar tanto de debito como de crédito e os saldos acumulados, além de elaboração dos livros contábeis.

O sistema mecanizado é caracterizado por um equipamento contábil, ou seja, por uma maquina específica para se fazer contabilidade.

Nesse sistema faz-se a inserção frontal que possibilita a elaboração simultânea do Diário com Ficha Razão. O equipamento pode ser dotado também de somadores e saldadores que forneçam as somas das colunas do Diário, tanto de debito como de credito, e também o saldo da Ficha Razão. Dependendo das necessidade de serviço, existem equipamentos com três, cinco, oito ou mais somadores que podem fornecer acúmulos e saldos para fichas sintéticas e analíticas, saldo do ano, movimento do mês etc. (Marion, 1998 p. 161, 162)

Com o sistema mecanizado os processos contábeis passaram a ser mais ágeis, organizados, com melhor aparência, redução de tempo para desenvolvimento das atividades com resultados excelente na produtividade. Tudo indicaria que não muito distante algo novo estava para chegar, não que o sistema mecanizado não fosse bom, porém precisava de reestruturação, pois o mundo avançava em relação à tecnologia e contabilidade era algo que precisava de uma atenção especial.

Nesse processo, coloca-se, portanto, a folha de Diário na maquina, sobre ela ajusta-se uma folha de carbono que se sobrepõe às fichas de Razão e proporciona o decalque nestas; escritura-se, assim, simultaneamente, o Diário e o Razão -- Diário - Razão.

Utilizam - se aqui as fichas voucher (ou slips), semelhantes à Ficha Tríplice; elas facilitam a seleção dos vários lançamentos na mesma ficha, poupam trabalho e melhoram a produtividade da operação da máquina, pois é reduzida a colocação de fichas de Razão inseridas no equipamento.

(Marion, 1998 p. 162)

Chega-se ao ápice da historia da contabilidade, o sistema eletrônico que através do uso de um computador, calcula, registra, elabora, analisa e transforma em relatórios a contabilidade de uma empresa em pouco tempo.

Para Marion (1998, p. 162)

O sistema eletrônico pressupõe o uso do computador, que, hoje, deixou de ser algo misterioso e aterrorizador para ser entendido como uma calculadora muito rápida que, entre outras coisas, elabora, compara, analisa e transforma em relatórios a contabilidade de uma empresa.

O sistema eletrônico não é importante apenas para os contadores, mas para toda a sociedade, pois os serviços não são apenas contábeis, mas podem ser utilizados por qualquer empresa, para controle, de estoque, folha de pagamentos, controle banco conta movimento e outras planilhas de controle para suporte da empresa.

De acordo com Marion, (1998 p. 162):

Se isso não fosse suficiente, encontra-se ainda empresas de processamento de dados que, a preços módicos, em algumas horas, preparam, calculam, analisam e fornecem relatórios para as empresas que não desejam adquirir computadores. Os serviços prestados não se restringem à contabilidade, pois também são úteis à Folha de Pagamentos, Cobrança, Controle de Estoque etc. Basta apenas preencher uma planilha e, diariamente, a empresa terá dados processados referentes à Contabilidade, Contas a Receber, Contas a Pagar etc.

Toda melhoria traz por consequência investimento, para aquisição de um computador com sistema eletrônico que venha atender as necessidades das empresas pode-se dizer que o custo será relativamente barato, em relação aos benefícios que o mesmo trará para a empresa.

A princípio pode-se dizer que o computador pressupõe a existência de grandes quantidades de lançamentos a serem feitos e grande volume de negócios. Todavia, com o advento do microcomputador, realidade é outra. Basta haver necessidade de rapidez na tomada de decisões para motivar a existência de um micro, cujo custo é relativamente barato; seu benefício, no entanto, é visivelmente elevado. (Marion, 1998 p.162)

2.1.6 Informatização na contabilidade

Com a informatização a contabilidade passa ser mais valorizada, pois antes com todo o serviço burocrático e braçal mal dava tempo de analisar o que era feito e muito menos de conversar com o cliente, quando ia ver o mês já estava acabando e outro iniciaria.

Desta forma com os sistemas modernos e eletrônicos têm-se mais informação obtida através de relatórios contábeis onde é apresentado para a empresa para a tomada de decisão, ou seja, o contador contribui para a lucratividade da empresa.

Na prática atual de grande parte das entidades, o procedimento contábil de elaboração das demonstrações contábeis encontra-se informatizado. A utilização de recursos de informática na Contabilidade gera um conjunto bastante amplo de vantagens, entre as quais citamos:

- a) O processamento dos eventos é mais rápido.
- b) A precisão geralmente é maior.
- c) O custo do processamento é relativamente pequeno.
- d) As demonstrações contábeis são elaboradas e divulgadas mais rapidamente.
- e) As fontes dos dados são arquivadas de forma acessível.
- f) O acesso aos valores e às fontes de dados é rápido.
- g) Grande número de opções em termos de entrada dos dados e saída das informações. (Silva, 2000 p.121, 122)

Com o aceleramento da informatização entre outros avanços tecnológicos, faz com que as empresas ingressem em um universo da competitividade. Para garantir a própria sobrevivência vêm na informática a saída para continuar no mercado, atuando de igual, ou melhor, as demais.

No Brasil, a informatização da contabilidade teve início na década de 70, mas seu desenvolvimento mais acentuado ocorreu a partir dos anos 80. Em um contexto de sociedades cada vez mais exigentes, consequências das transformações no comportamento em função das mudanças pelas quais passa a conjuntura mundial, desponta a informática com uma das alternativas para assegurar a sobrevivência de entidades em um ambiente de competitividade, que exige redução de custos e aumento de qualidade dos produtos e serviços. (Silva, 2000 p. 230)

Assim como uma pessoa nasce, cresce, vive por um tempo e depois morre, porém nunca teve objetivos em quanto vivo, nunca lutou para ser igual, ou melhor, aos outros viveu sem fazer a diferença, todos a sua volta evoluíram, mas a mesma morre como veio ao mundo e não obtém conquistas alguma.

Da mesma forma a contabilidade, muito mais antiga que outras profissões, porém segue passos ainda muito lentos comparados a ferramenta que tem a sua disposição as “inovações tecnológicas”, mas diferente do exemplo inicial a contabilidade nasceu, demorou a madurecer, mas ainda em face de crescimento ela se destaca para o novo, para ser igual e para ser tão importante como as demais profissões.

A crescente informatização da contabilidade surge para atender às constantes exigências de adaptação às mudanças de toda natureza e ao volume e complexidade das transações que envolvem as operações das entidades modernas. (Silva, 2000 p. 230).

2.2 SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

O SPED, no âmbito da Receita Federal, faz parte do Projeto de modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística adequados. (Duarte, p. 64)

O projeto SPED, Serviço Público de Escrituração Digital, consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias. Tem por objetivo mudar o cenário atual e usar a ferramenta principal do século XXI a tecnologia (informatização) onde que o projeto tem por objetivo a mudança do processo burocrático para um sistema eletrônico agilizando os procedimentos contribuintes e contábeis informando-os em tempo real ao fisco.

Antes os livros e documentos contábeis e fiscais em papel serão substituídos por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica.

Com o objetivo de diminuir a sonegação fiscal o governo intensifica a fiscalização a qual sempre obteve êxito, porém com o antigo sistema a fiscalização era presencial isso disponibilizava de uma grande equipe a qual não era suficiente para suprir a demanda. No entanto cria-se o SPED, a “fiscalização eletrônica” ou big brother fiscal como conhecido, que passam a monitorar as empresas em tempo real via informatização.

O projeto SPED, na visão dos palestrantes, está consolidando-se graças à atuação histórica das autoridades fiscais, no que diz respeito ao relacionamento com o setor privado. O clima de parceria é marcante nas reuniões do grupo de trabalho do SPED, de forma que as empresas participantes dos projetos-piloto estão conseguindo modernizar suas estruturas de controladoria e, ao mesmo tempo, atendendo às demandas do fisco eletrônico. Ou seja, empresas e autoridades estão trabalhando baseadas em uma relação “ganha-ganha”, até então inédita em nosso País. (Duarte, 2008 p. 65)

Com o SPED muda o cenário arcaico, reflete positivamente para o fisco em curto prazo e também para o contribuinte. Por outro lado os serviços contábeis passam a ser mais valorizados, antes os documentos contábeis eram disponibilizados ao fisco somente quando solicitado, agora devera ser entregue através de declarações eletrônicas em tempo real, ou seja, deve-se haver uma atenção redobrada naquilo que se vai informar ao fisco para não prejudicar seus clientes significando perda dos mesmos.

(...) só se reduz a sonegação a partir de maior fiscalização. A Receita Federal do Brasil publica, mensalmente, um relatório sobre o resultado da arrecadação. O relatório de dezembro de 2007 deixa claro: quanto maior a presença fiscal, maior o resultado. (Duarte, 2008 p.62).

2.2.1 Legalidade

O projeto SPED terá o papel fundamental para alavancar a economia do país o mesmo faz parte do (Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal 2007-2010) além de criar uma interação entre fisco e contribuinte de forma moderna e informatizada com objetivo de unificar as obrigações acessórias.

Segundo Duarte (p.67), formalmente o SPED foi criado por meio do Decreto 6.022 de Janeiro de 2007.

Decreto 6.022/07:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital-Sped.

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresariais, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

§ 1º Os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória no 2.200-2 de 24 de agosto de 2001.

§ 2º O disposto no caput não dispensa o empresário e a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazo previstos na legislação aplicável “

Mesmo com a mudança na forma de escrituração fiscal da manual para eletrônica não desobriga o contribuinte a manter-se com toda a documentação a disposição do fisco, quando solicitado.

A duas normas a que o decreto instituidor do SPED faz referência:

Código Civil:

A Lei nº 10.406/2002[6],, o Código Civil, em seus artigos 219, 1.179 e 1.180 :

Lei nº 10.406/2002, Código Civil "(...) Art. 219. As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários. Parágrafo único. Não tendo relação direta, porém, com as disposições principais ou com a legitimidade das partes, as declarações enunciativas não eximem os interessados em sua veracidade do ônus de prová-las.

Tratando-se de relacionamento entre dois ou mais envolvidos em uma negociação onde firmam um compromisso mediante “assinaturas das partes interessadas”, onde objeto principal para transação além do produto é assinatura que resguardo o acordo. No entanto com a implantação do SPED, as transações serão asseguradas pela assinatura digital onde, presumem-se, verdadeiras em relação aos signatários com validade jurídica.

Código Civil:

(...) Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. § 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados. § 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

O artigo 1.179 deixa claro no que diz a respeito do cumprimento das exigências fiscal, no tocante a apresentação das demonstrações contábeis, mantendo a escrituração fiscal e levantamento de balanço patrimonial e resultado econômico anualmente.

Código Civil:

Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica. Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico".

É obrigatório manter os livros fiscais inclusive o Diário escriturado de forma (mecanizada ou eletrônica), são livros auxiliares utilizado para levantamento do balanço patrimonial e do resultado econômico.

2.200-2, de 24 de agosto de 2001 institui a ICP:

Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras "(...)
Art.10.Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.
§1ºAs declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.

Pode-se se dizer então que há legalidade na reforma tributaria conforme proposto pelo governo, onde muda todo o processo de administração tributaria. A lei não atingiu somente a esfera da união, mas abrangem ainda os estados, o distrito federal e os municípios, desta forma indica que todos os contribuintes deverão se adaptar as novas exigências até mesmo por questão de sobrevivência. Há por de trás de tudo isso uma conseqüência, ou seja, para o processo de comercialização (compra ou venda) a empresa deverá ser cadastrada eletronicamente e manter-se idônea cumprindo todas as exigências do fisco, caso haja discrepância (descumprimentos da lei) a mesma estará extinta do mercado, perigo para uns e oportunidades para outros.

O SPED é o meio legal de o governo atuar de forma moderna e informatizada, utilizando a tecnologia em seu favor para uma fiscalização mais intensa atuando de forma integrada fisco-contribuinte, uniformizando as obrigações acessórias dos contribuintes combatendo assim a sonegação fiscal contando com as

três esferas do poder. O SPED é dividido em: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica a qual terá o foco principal deste trabalho.

2.2.2 Escrituração Contábil Digital

A Instrução Normativa RFB Nº 787 de 19 de Novembro de 2007, institui a Escrituração Contábil Digital, para fins fiscais e previdenciários, e deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

A ECD consiste na transferência da escrituração tradicional (feita em papel) para digital com validade jurídica garantida pelo certificado digital, com utilização do Programa Validador e Assinador (PVA) que deverá ser entregue anualmente sob pena de multa pela não entrega.

O Programa Validador e Assinador têm as seguintes funcionalidades:

I - validação do arquivo digital da escrituração;

II - assinatura digital;

III - visualização da escrituração;

IV - transmissão para o Sped;

V - consulta à situação da escrituração.

A Escrituração Contábil Digital é a base do projeto SPED, onde os livros passaram a ser gerado de forma eletrônica com validade jurídica através do certificado digital.

Segundo Duarte, (2008 p. 106)

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é o pilar contábil do SPED. Simplificadamente, podemos entender a ECD como a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital.

Instituída pela Instrução Normativa RFB 777 de 19/11/2007, que foi retificada pela IN787, em 22/11/2007, ECD abrange os seguintes livros:

- Diário Geral;
- Diário com Escrituração Resumida (vinculado a livro auxiliar);
- Diário Auxiliar;
- Razão Auxiliar;
- Livro de Balancetes Diários e Balanços.

A ECD deve ser entregue no último dia útil de junho do ano seguinte ao que se refere à escrituração.

2.2.3 Escrituração Fiscal Digital

O SPED Fiscal, por sua vez, corresponde à substituição das escriturações de documentos fiscais tradicionais por um arquivo digital, no qual estarão contempladas ainda outras informações de interesse do Fisco, tais como registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. De modo semelhante ao SPED Contábil, o arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo PVA (Programa Validador e Assinador).

Para Duarte, (2008 p. 115)

O SPED - EFD, que foi instituída pelo Convênio ICMS no 143/2006, de 20/12/2006.

“Cláusula primeira Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital – EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte”.

A EFD tem por finalidade substituir as diversas obrigações fiscais que são apresentadas ao fisco de forma eletrônica onde os arquivos são validados e assinados através do certificado digital.

Segundo Duarte, (2008 p. 115)

Como não poderia deixar de ser, os arquivos da EFD devem ser assinados com certificado digital do representante legal da empresa.

A EFD tem o objetivo de substituir diversas obrigações fiscais que as empresas devem apresentar ao fisco, conforme consta no site da RFB;

“Atualmente, as informações requeridas pelo fisco são fornecidas por meio de um grande número de demonstrações em meio eletrônico e diferentes leiautes, o que acarreta um aumento de obrigações acessórias ao contribuinte”.

O objetivo é racionalizar os procedimentos contábeis, pois os escritórios de contabilidades dependendo do fluxo de escrituração fiscal, passam o dia inteiro com suas impressoras matriciais ligado para imprimir diversos livros fiscais gerando um alto consumo de papel, tempo de funcionário ajustando a maquina e um barulho exaustivo no ambiente de trabalho.

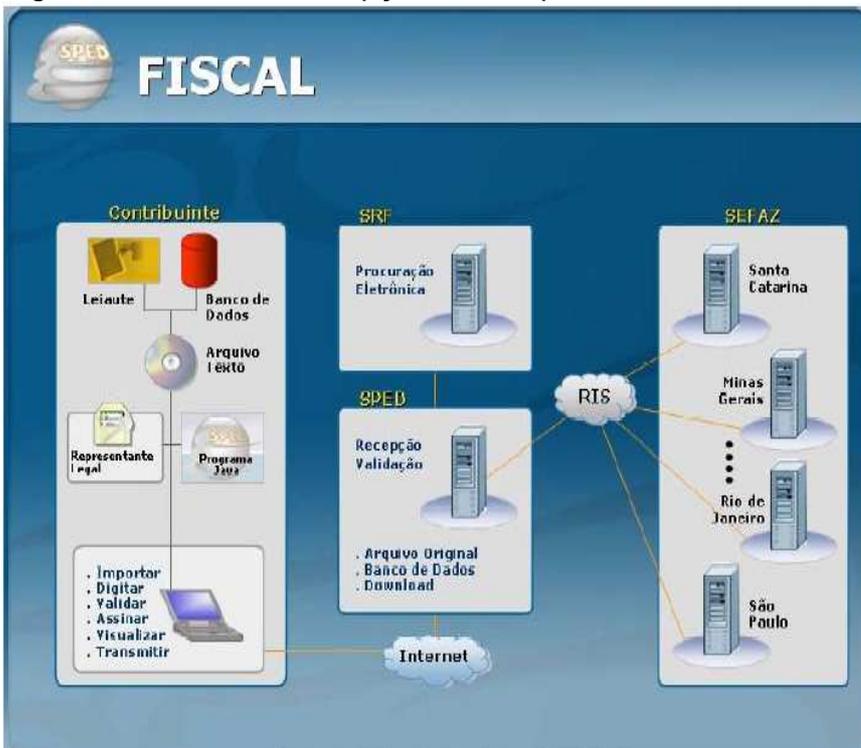
No entanto a Escrituração Fiscal Digital substituirá os livros e os procedimentos manuais (impressão de papel) para a eletrônica conforme relacionados abaixo:

“cláusula sétima A escrituração prevista na forma deste convênio substitui a escrituração impressão dos seguintes livros:

- I-Registro de Entradas;
- II-Registro de Saídas;
- III-Registro de Inventário;
- IV-Registro de Apuração do IPI;
- V-Registro de Apuração do ICMS.

(Duarte 2008, p.115)

Figura 1: Modelo de recepção dos arquivos da EFD



Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil – Portal SPED

2.2.4 Certificado Digital

Segundo dicionário de língua portuguesa (Mattos, 2001) define certificado: Documento que declara oficialmente alguma coisa. Por outro lado define também digital: A carteira de identidade que contém a impressão digital da pessoa.

Pode-se então ter a seguinte idéia a cerca do certificado digital: da mesma forma que somos reconhecidos juridicamente através de nossa digital dedo polegar o qual é armazenado na base de dados do governo para reconhecimento do individuo. Chega-se a conclusão que o certificado digital é um documento eletrônico que possibilita comprovar a identidade de uma pessoa, uma empresa ou um site, com presunção de validade jurídica nas operações on-line.

O certificado digital nada mais é do que a identidade digital do usuário do sistema eletrônico. Para cadastramento do mesmo é seguido uma série de quesitos, solicitado pela SRF analisado e deferido por um agente credenciado, usando-se todos os procedimentos legais para evitar qualquer fraude e possível clonagem no futuro.

Segundo Duarte (2008, p. 31)

A Receita Federal do Brasil (RFB) só pode disponibilizar informações fiscais para o próprio contribuinte ou para quem ele autorizou. Como então utilizar a mais poderosa ferramenta de comunicação disponível, sem que as pessoas (físicas e jurídicas) possam ser identificadas com precisão?

Para habilitação do certificado digital, o interessado deverá ir pessoalmente a um agente autorizado (SRF) portando todos seus documentos em mãos: pessoais, comprovante de endereço e foto. Após confirmação das informações o usuário receberá um arquivo que deverá ser armazenado em um dispositivo para utilização futura.

De acordo com Duarte (2008 p.31):

Para emitir um certificado digital, você deve apresentar-se, pessoalmente, a um agente autorizado, portando alguns documentos como: identidade, CPF, comprovante de endereço e foto.
O agente autorizado irá conferir a veracidade das informações para entregar-lhe o seu certificado digital. Por se tratar de um arquivo, ele deve ser armazenado em um dispositivo.

2.2.5 Aspectos Legais do Certificado Digital

De repente fica um pouco confuso, fala-se tanto nos procedimentos eletrônicos NF-e, NF-s, CT-e e as diversas declarações e sempre são citadas que as mesmas só terão validade jurídica pela certificação digital. Diante desta situação mostra que o certificado digital é a chave para o sucesso dos procedimentos eletrônico adotados, é ele que vai validar juridicamente qualquer operação on-line. Mas afinal quem regulamenta a certificação Digital?

A legislação brasileira sobre emissão e utilização de certificados digitais foi regulamentada pela MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, que tem força de lei devido à EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

“ Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória anterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional”. (Duarte, 2008 p.39)

Além da Emenda Constitucional nº 32/01 a MP 2.200 institui também o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

“A autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz – da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil”. Assim, o ITI “é a primeira autoridade da cadeia de certificação, executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.” (Duarte, 2008 p.40)

Afinal o que é, e qual a finalidade do ICP-Brasil uma vez em que se tem o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI, sabendo que o ITI é a autoridade principal?

“É um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos, a ser implementado pelas organizações governamentais e privadas brasileiras como objetivo de estabelecer os fundamentos técnicos e metodológicos de um sistema de certificação digital baseado em chave pública”.

Art.º A ICP-Brasil, cuja organização será definida em regulamento, será composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras composta pela Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz, pelas Autoridades Certificadoras – AC e pelas Autoridades de Registro – AR. (Duarte, 2008 p.40)

Define-se Infra-estrutura de chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) como “um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos que tem por objetivo estabelecer os fundamentos técnicos e metodológicos na área da certificação digital, estando

debaixo das autoridades governamentais e privadas com função de estabelecer apenas um denominador para o bem comum de todos baseado em chave pública.

2.2.6 Autoridade Certificadoras - AC's

A MP2.200, com objetivos de regulamentar os procedimentos dos certificados digitais institui o ITI como autoridade principal, porém a responsabilidade de emissão da certificados fica sobre responsabilidade das Autoridades Certificadoras-AC's.

“Art. 6º Às AC, entidade credenciadas a emitir certificados digitais vinculando pares de chaves criptográficas ao respectivo titular, compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados, bem como colocar à disposição dos usuários listas de certificados revogados e outras informações pertinentes e manter registro de suas operações. (Duarte, 2008 p.40)

Quanto a identificação, cadastramento de usuário dos certificados digitais, compete a uma outra entidade vinculada a AC que deverá ainda manter os registros de suas operações, são às AR - Autoridade de Registro.

“Art. 7º Às AR, entidades operacionalmente vinculadas a determinada AC, compete identificar e cadastrar usuários na presença destes, encaminhar solicitações de certificados às AC e manter registros de suas operações. (Duarte, 2008 p.41)

O certificado digital foi elaborado de forma a atender aos diversos usuários de porte aquisitivo e necessidades diferentes. Tem formato em: Token, Cartão ou Arquivo, para melhor compreensão o livro Big Brother Fiscal “Na era do Conhecimento escrito por Duarte, expõe sobre o assunto:

“Nos certificados do tipo A1 e S1, as chaves privadas ficam armazenadas no próprio computador do usuários. Nos tipos A2, A3, A4, S2, S3e S4, as chaves privadas e as informações referentes ao seu certificado ficam armazenadas em um hardware criptográfico-cartão inteligente (smart card) ou cartão de memória (token USB ou pen drive). Para acessar essas informações você usará uma senha pessoal determinada no momento da compra.

Os certificados não são padronizados varia de acordo com a necessidade de cada usuário apresentando graus de segurança: baixo, média e alta qualidade onde os mais comuns são A1 e A3.

A1 – de menor nível de segurança, é gerado e armazenado no computador do usuários. Os dados são protegidos por uma senha de acesso. Somente com essa senha é possível acessar, mover e copiar a chave privada a ele associada, e

A3 - de nível de segurança média a alto, é gerado e armazenado em um hardware criptográfico, que pode ser um cartão inteligente ou um token. Apenas o detentor da senha de acesso pode utilizar a chave privada, e as informações não podem ser copiadas ou reproduzidas”. (Duarte, 2008 p.43)

2.3 ASPECTOS GERAIS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Entende-se por Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) como sendo um documento de existência exclusivamente digital substituindo a emissão da nota fiscal de papel, onde a mesma é emitida e armazenada eletronicamente, com intuito de documentar uma operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço, ocorrida entre as partes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e recepção, pelo fisco, antes da ocorrência do fato gerador.

A Nota Fiscal Eletrônica NF-e é um documento fiscal instituído pelo ajuste SINIEF 07/05 que sofreu algumas alterações pelos Ajustes: SINIEF 04/2006, SINIEF 05/2007 e SINIEF 08/2007.

“Cláusula primeira. Fica instituída a NF-e que poderá ser utilizada em substituição a Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS. (Duarte, pág. 68,)

Considera a NF-e um documento com emissão eletrônica possibilitando o armazenamento e back-ups eletronicamente, onde os documentos fiscais têm validade jurídica garantido pelo certificado digital o que trás uma maior segurança nas operações online.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal Eletrônica – NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador” (Duarte, pág. 68)

A NF-e substitui a Nota Fiscal Modelo 1 e 1-A em todas as hipóteses previstas na legislação em que estes documentos possam ser utilizados. Isso inclui, por exemplo: a Nota Fiscal de entrada, operações de importação, operações de exportação, operações interestaduais ou ainda operações de simples remessa.

Além do benefício de redução de custo a uma inteiração online entre cliente fornecedor/sefaz desta forma cria-se um laço comercial e pelo trabalho em conjunto contribuinte-governo acaba o preconceito do cliente em relação ao fisco.

2.3.1 Histórico da NF-e

A Emenda Constitucional nº 42, Inciso XXII, art. 37, foi realizado, nos dias 15 a 17 de julho de 2004, em Salvador, o 1º Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT, reunindo os titulares das administrações tributárias federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios de capitais.

O encontro teve como objetivo buscar soluções conjuntas das três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de dados em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos objetivando a integração fisco contribuinte.

No ENAT foram aprovados dois protocolos de cooperação técnica nas áreas do cadastramento (Projeto do Cadastro Sincronizado) e Nota Fiscal Eletrônica.

Visando alinhar as diretrizes do projeto, iniciado pelo ENAT, com o fórum de discussão dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT), foi realizada uma Reunião Técnica do ENAT/ENCAT, em São Paulo-SP, em 27 de abril de 2005, para a unificação dos diferentes projetos em andamento no âmbito das Administrações Tributárias.

No final de agosto/2005, no evento do II ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, os Secretários de Fazenda dos Estados e DF, o Secretário da Receita Federal e os representantes das Secretarias de Finanças dos municípios das Capitais assinaram o Protocolo ENAT 03/2005, visando o desenvolvimento e a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, consolidando

de forma definitiva a coordenação técnica e o desenvolvimento do projeto sob a responsabilidade do Encat (Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais) com a participação, da agora denominada, Receita Federal do Brasil (RFB).

A partir de novembro de 2005 a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) passou a integrar o projeto.

Pode-se dizer que a consolidação do projeto da NF-e na parte operacional teve início em abril de 2006 na cidade São Paulo com participação de entidade voluntariada.

Segundo Oliveira, (2007, p. 74) “Em abril de 2006, teve início um projeto piloto da Secretária da Fazenda de São Paulo para a emissão de notas fiscais eletrônicas. Na sua fase inicial, 19 companhias participam voluntariamente do projeto, que consiste basicamente na eliminação do papel e conseqüente redução dos custos.

2.3.2 Normas da Nota Fiscal (Papel)

Segundo a SEFAZ em seu Decreto nº081 de 28/03/95 “Art. 1º” institui normas para emissão da nota fiscal e regulamenta a transição de mercadoria interna e interestadual conforme abaixo:

Os dispositivos adiante enumerados do Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - aprovado pelo Decreto nº 1.944, de 06 de outubro de 1989, passam a vigorar com a redação que se segue:

SEFAZ institui a nota fiscal:

Art. 90 - ...

I - Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A;

§1º - Os documentos referidos neste artigo, excetuados os previstos nos incisos III a V, obedecerão aos modelos anexos a este regulamento.

O leiaute da nota fiscal obedecerá aos descritos no art. 93 decreto 81/95:

"Art. 93 - A Nota Fiscal conterà nos quadros e campos próprios, observadas a disposição gráfica dos modelos 1 e 1-A as seguintes indicações:

§ 1º - A Nota Fiscal será de tamanho não inferior a 21,0 x 28,0 cm e 28,0 x 21,0 cm para os modelos 1 e 1-A, respectivamente, e suas vias não poderão ser impressas em papel jornal, observado o seguinte:

I - os quadros terão largura mínima de 20,3 cm, exceto os quadros:

- a) 'DESTINATÁRIO/REMETENTE', que terá largura mínima de 17,2 cm;
- b) 'DADOS ADICIONAIS', no modelo 1-A;

II - no campo 'RESERVADO AO FISCO' terá tamanho mínimo de 8,0 x 3,0 cm;

III - os campos 'CGC', 'INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO', 'INSCRIÇÃO ESTADUAL', do quadro 'EMITENTE', e os campos 'CGC/CPF' e 'INSCRIÇÃO ESTADUAL', do quadro 'DESTINATÁRIO/REMETENTE', terão largura mínima de 4,4 cm.

§ 2º - Serão impressas tipograficamente as indicações:

Observa-se quanto à emissão da nota fiscal manual (papel) uma distinção entre algumas empresas no tocante a quantidade de vias em que cada uma possuía, pois as vias eram distribuídas de acordo com a necessidade de cada estabelecimento como, por exemplo: uma empresa que efetua operações interestaduais com certeza precisa de mais vias em relação aquela que vende apenas dentro do estado, em virtude da transição das mercadorias nos postos fiscais de divisa e retenção da mesma.

De acordo com a SEFAZ:

"Art. 96 - A Nota Fiscal será emitida, no mínimo, em 04 (quatro) vias

§ 1º - O contribuinte poderá mandar confeccionar a Nota Fiscal em 03 (três) vias, desde que, nos 06 (seis) meses anteriores ao pedido de autorização para a sua impressão, as operações internas representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das totalidades das operações de saída de mercadorias, hipótese em que essas circunstâncias deverá ser declarada, pelo contribuinte, na Autorização para Impressão de Documentos Fiscais, com a utilização da expressão 'Declaro, sob as penas da lei, que nos últimos seis meses, esta empresa realizou, no mínimo, 80%.

2.3.2 Características da Nota Fiscal Eletrônica

A Nota Fiscal Eletrônica tem validade em todos os Estados da Federação e já é uma realidade na legislação brasileira desde outubro de 2005, instituído

nacionalmente através do Ajuste SINIEF 07/2008 (e alterações) e Ato COTEPE 72/2005 que dispõe sobre as especificações técnicas da NF-e.

De acordo com a Secretária de Estado de Fazenda de Mato Grosso – SEFAZ/MT: a NF-e constitui grande avanço para facilitar a vida do contribuinte e as atividades de fiscalização sobre operações e prestações tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Procurou-se a princípio trabalhar a segurança da informação e sua integridade, irrefutabilidade e garantia de autoria através de assinatura digital do emitente definidas pelo ICP-Brasil.

O que aconteceria se houve notas fiscais eletrônicas clonadas na fase de implantação do projeto, isso traria uma má reputação ao fisco e a rejeição em massa por parte dos usuários.

2.3.4 DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Duarte (2008, p. 70) descreve:

“Para Circular a mercadoria, o emitente deve imprimir um “espelho” da NF-e em papel A4 – o DANFE. Ele deve conter um código de barras com o número identificador da NF-e.

“Cláusula nona Fica instituído o Documento Auxiliar da NF-e- DANFE, conforme leiaute estabelecido em Ato COTEPE, para uso no trânsito das mercadorias ou para facilitar a consulta da NF-e, prevista na cláusula décima quinta.”

O DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) é uma representação gráfica simplificada da NF-e e tem como funções, dentre outras, conter a chave de acesso da NF-e (permitindo, assim, a consulta às suas informações na Internet) e acompanhar a mercadoria em trânsito.

Para que o contribuinte transite com mercadoria, será impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulado DANF-e (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) em papel comum, que conterà impressa, em destaque, a chave de acesso para consulta da NF-e na Internet e um código de barras bi-dimensional que facilitará a captura e a confirmação de informações da NF-e pelos Postos Fiscais de Fronteira.

De acordo com a SEFAZ-MT (2007) Decreto nº666 de 23/08/2007 em seu Art. 198-B Além da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, para acobertar o trânsito de mercadoria, o remetente emitirá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, observadas as regras contidas no Ajuste SINIEF 07/05

e alterações posteriores, na forma e condições estabelecidas pela Secretaria de Estado de Fazenda."

No momento inicial de implantação do projeto, O DANF-e poderá ser escriturado normalmente pelo contribuinte destinatário, sendo sua validade vinculada a confirmação da existência da NF-e no ambiente das administrações tributárias envolvidas no processo, comprovada através da emissão da Autorização de Uso.

Para facilitar o controle, o trânsito da mercadoria com uma NF-e autorizada, deverá ser feito acompanhado de um documento auxiliar, impresso em papel comum, intitulado DANF-e (documento auxiliar da NF-e).

O DANF-e não é uma nota fiscal, nem substitui uma nota fiscal, servindo apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e por conter impresso a chave de acesso da NF-e, permitindo assim que a validade da operação e da NF-e seja confirmada, pelo detentor deste documento auxiliar, através do site da SEFAZ na Internet. Apesar disto, no primeiro momento de implantação do projeto, o contribuinte destinatário, não emissor de NF-e, poderá escriturar este documento, sendo que sua validade fica vinculada a efetiva existência da NF-e nos arquivos das administrações tributárias envolvidas no processo.

O DANF-e, conterà código de barras bi-dimensional (padrão PDF 417 com os dados do cabeçalho, rodapé e chave única da NF-e).

2.3.5 Recebimento e guarda da NF-e

A legislação deixa claro que o DANFE mesmo sendo um documento auxiliar da nota fiscal eletrônica, o referido documento deve ser armazenado de forma digital ou arquivada, pelo prazo estabelecido na legislação tributária para guarda dos documentos fiscais, devendo ser apresentadas à administração tributária, quando solicitado.

Tanto quem emite quanto quem recebe a NF-e deve armazená-la pelo prazo legal. Isto significa que o emitente deve enviar o arquivo eletrônico destinatário de alguma forma. Caso este não seja emissor de NF-e, ou seja, não tenha condições técnicas para receber o documento eletrônico, ele poderá manter a DANFE arquivada. Duarte (2008 p. 70 e 71).

Figura 2: Modelo do DANFE

RECEBEMOS DE Empresa Teste LTDA. OS PRODUTOS CONTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000175 Série 1	
Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor		
 Bling www.bling.com.br		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 1-Entrada 2-Saída Nº 000175 SÉRIE: 1 Página: 1 de 1	Controle do Fisco 
Natureza da operação Venda de mercadorias		Número de protocolo de autorização de uso da NF-e DOCUMENTO SEM VALOR FISCAL	
Inscrição Estadual	Inscr. est. do subst. trib.	CNPJ	Chave de acesso da NF-e - consulta no site: www.nfe.fazenda.gov.br 43.090.8.90.627.936/0001-30-55-001-000.000.175-000.896.536-
Destinatário/Remetente		Data emissão	
Nome / Razão Social Dionísio de Bacco		CNPJ 111.111.111-11	07/08/2009
Endereço Rua dos Vinhedos, 386		Bairro Vinhedos	CEP 95.700-000
Município Bento Gonçalves		Fone/Fax 3454-6877	UF RS
Data saída 07/08/2009		Hora saída 16:01	
Faturas			
Número	Vencimento	Valor	Número
000175/1	06/09/2009	76,66	000175/2
			Vencimento
			06/10/2009
			Valor
			76,67
			Número
			000175/3
			Vencimento
			05/11/2009
			Valor
			76,67
Cálculo do imposto			
Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.
230,00	27,60	0,00	0,00
Valor total dos produtos	230,00		
Valor do frete	Valor da seguro	Desconto	Outras despesas acessórias
0,00	0,00	0,00	0,00
Valor do IPI	Valor total da nota		
0,00	230,00		
Transportador/Volumes transportados			
Nome Transportes Valdemar		Frete por conta 1-Emitente 2-Destinatário	Código ANTT 1
Endereço		Município Bento Gonçalves	UF RS
Inscrição Estadual		CNPJ/CPF 000000000000000	
Quantidade 3	Especie CAIXAS	Marcas	Numeração
Peso bruto 20,00		Peso líquido 19,00	
Itens da nota fiscal			
Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CST
DH89	Lâmpada diodica	10000000	100
PL100	Lâmpada fluorescente	20000000	900
		5.102	Cx
		5.102	Cx
			4
			5
			45,00
			180,00
			50,00
			50,00
			21,60
			0,00
			0,00
			12,00
			0,00
			0,00
			0,00
Cálculo do ISSQN			
Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00
Dados adicionais			
Observações EXEMPLO		Reservado ao Fisco	
Obtenha o arquivo digital em http://www.bling.com.br/nfe Ambiente de HOMOLOGAÇÃO, documento sem valor fiscal 07/08/2009 17:39:30			

Fonte: Secretaria do Estado de Fazenda – SEFAZ

2.3.6 Descrição Simplificada do Modelo Operacional

Segundo Duarte, descreve em seu livro Big Brother Fiscal (na era do conhecimento) o modelo operacional de maneira simplificada onde:

A empresa emissora de NF-E gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor.

Este arquivo eletrônico, que corresponde a Nota Fiscal Eletrônica, será então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria.

Após o recebimento da NF-e, a Secretaria da Fazenda disponibilizará consulta, através Internet, para o destinatário e outros legítimos interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

Este mesmo arquivo da NF-e será ainda transmitido, pela Secretaria de Fazenda, para a Receita Federal e, no caso de uma operação interestadual, para a Secretaria de Fazenda de destino da operação.

2.3.7 Detalhamento das Etapas do Modelo Operacional

São cinco etapas para emissão da nota fiscal eletrônica proposto no modelo operacional, conforme segue:

Etapa 1. Habilitação do Contribuinte como Emissor de NF-e

Segundo SEFAZ:

Esta etapa corresponde ao processo eletrônico pelo qual um contribuinte solicita seu cadastramento como emissor de NF-e junto a Secretaria da Fazenda.

Nesta fase inicial do projeto piloto, a habilitação, como emissor de Nota Fiscal eletrônica, será feita via pedido de Regime Especial. Em um segundo momento, este processo será automatizado.

Para emitir a sua primeira nota fiscal eletrônica o contribuinte deverá solicitar o cadastramento como emissor da NF-e junto a SEFAZ. Quando solicitado o cadastramento como usuário da NF-e é feito o levantamento da situação da cadastral do requerente através de certidões negativa de débito junto ao estado, qualquer restrição acarretará no indeferimento do processo, conforme cada estado.

De acordo com a SEFAZ:

Cumprida, esta etapa inicial de cadastramento, o contribuinte deverá iniciar o envio de Notas Fiscais Eletrônicas, em ambiente de testes, para homologação do seu sistema.

Após a fase dos testes, o contribuinte receberá um código de habilitação para emitir NF-e, podendo, a partir deste instante, iniciar a transmissão de suas NF-e para a Secretaria da Fazenda.

Etapa 2 - Emissão e Transmissão da NF-e

Segundo Oliveira (2007, p.74) a NF-e funciona: “Pela internet, a empresa expede um arquivo eletrônico para a Secretaria da Fazenda do Estado, com as informações da transação”.

No segundo momento é emitida e transmitida a Nota Fiscal Eletrônica, pelo contribuinte emissor, para a Secretaria de Fazenda, que após sua autorização de uso, transmitirá o documento eletrônico para a Secretaria da Receita Federal e Sefaz de destino da circunscrição do contribuinte, no caso de operações interestaduais, permitindo assim o trânsito da mercadoria conforme apresentada abaixo na figura 3.

Após o correto preenchimento faz-se necessário a validação do arquivo, com auxílio do certificado digital.

Este arquivo por sua vez, já com a assinatura digital, deverá ser transmitido, pela Internet, para a Secretaria da Fazenda, através do uso de tecnologia “web service”, previamente a ocorrência do fato gerador, antes da saída da mercadoria.

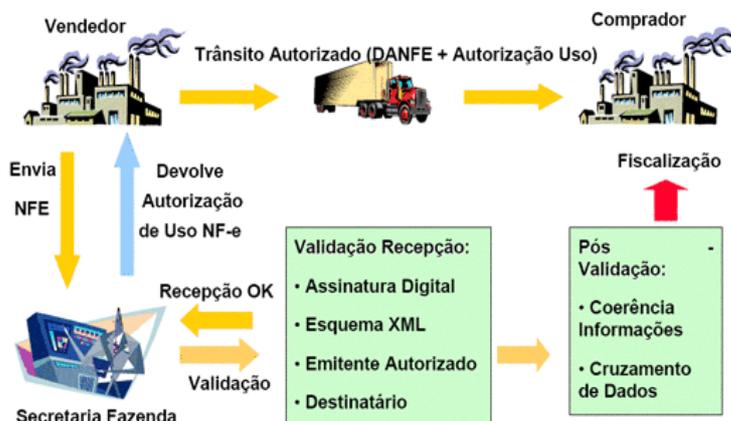
Se não ocorrer nenhum erro na validação junto ao sistema da SEFAZ a NF-e receberá o status “Autorização de Uso” que em seguida estará disponível pelas partes envolvidas para consulta, confirmação, recebimento etc.

Segundo Oliveira (2007, p.74)

No recebimento, instantaneamente, conferem-se a autenticidade e a integridade do documento, graça à certificação digital.

Com a confirmação, a nota fica disponível para que o comprador do produto possa buscá-la, também via Web, no site do Fisco.

Figura: 3 Emissão e Transmissão da NF-e



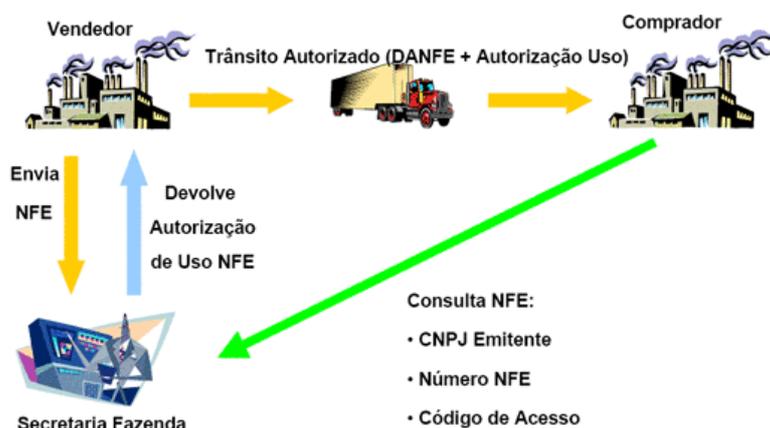
Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ-MA

Etapa 3 – Consulta da NF-e

Conforme apresentado abaixo na figura 4, a consulta será disponibilizada no site da SEFAZ, no entanto para a consulta é necessário portar a chave de acesso da NF-e que consta impresso no DANF-e e possui as seguintes informações: CNPJ do emissor; número e série da NF-e; Unidade da Federação do emissor e código de acesso.

Ficará disponível para consulta no site da SEFAZ, no período de 90 dias onde o contribuinte visualizará na tela do computador todas as informações geradas no DANF-e, inclusive data, hora, valor da operação, dados cadastrais etc.

Figura 4 - Consulta NF-e pela Internet



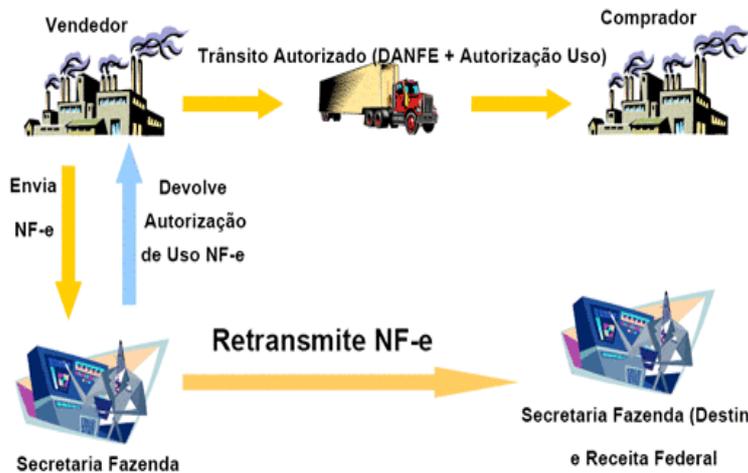
Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ-MA

Etapa 4 – Envio da NF-e a RFB e Sefaz do Destino

Depois de recebida a NF-e, armazenada na base de dados da SEFAZ e disponibilizada para consulta via Internet, será enviada pela SEFAZ de origem para a Receita Federal do Brasil e, nos casos de operações interestaduais, para a Secretaria da Fazenda do Estado de destino das mercadorias, via Rede de Informações Sintegra (RIS) conforme apresentado abaixo na figura 5.

Tratando-se de operações interestaduais, os Postos Fiscais de Fronteira receberão a informação prévia da NF-e, eliminando-se, assim, a necessidade atual de digitação de notas fiscais, facilitando o controle do Fisco e reduzindo o tempo gasto pelo contribuinte nestas repartições.

Figura 5 - Envio NF-e para Receita Federal e outra SEFAZ



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ-MA

Etapa 5 – Confirmação de Recebimento da NF-e pelo Destinatário

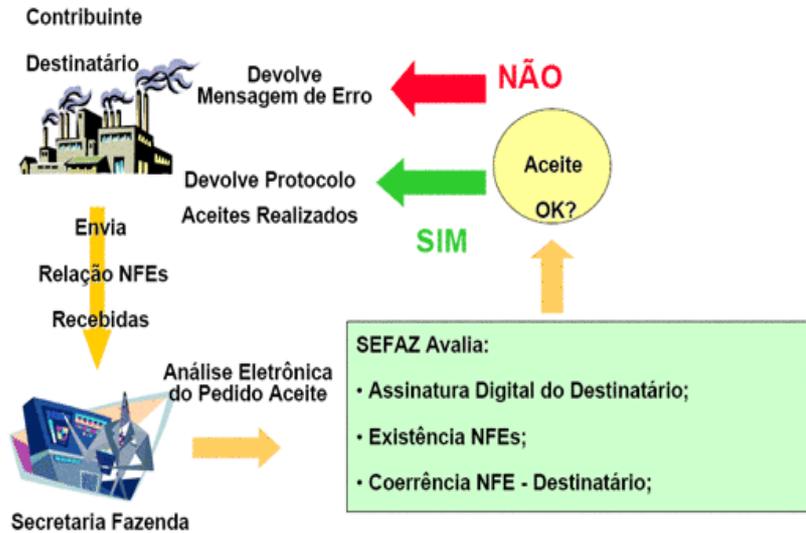
É bom salientar que o projeto da NF-e passa ainda pela fase de implantação e desta forma a confirmação do recebimento não será implantada na fase inicial do projeto.

A SEFAZ esclarece:

“Todavia, a título de esclarecimento, a confirmação da NF-e pelo destinatário corresponde ao processo pelo qual o contribuinte destinatário da mercadoria realiza a confirmação para a SEFAZ de que recebeu as mercadorias constantes de uma NF-e”.

O projeto prevê duas formas de confirmação e recebimentos: de forma manual no site da Sefaz, com o contribuinte destinatário identificando se pelo controle de acesso ou, de forma eletrônica, através de tecnologia “web service”, conforme apresentado abaixo na figura 6, sendo a ultima etapa do processo operacional da NF-e.

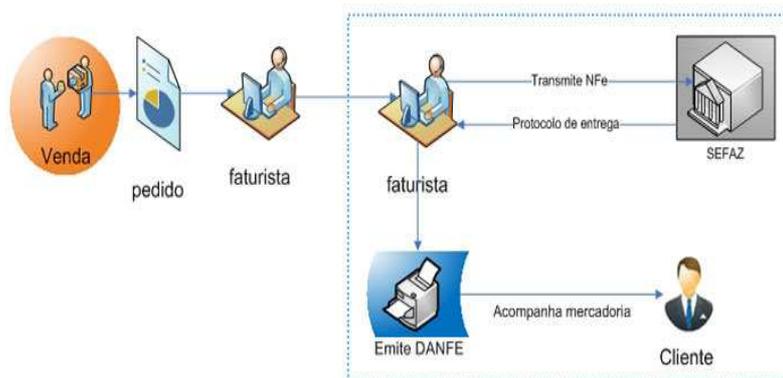
Figura 6 – Confirmação da NF-e



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ-MA

Pode observa-se na figura 7 abaixo, que para emissão da nota fiscal eletrônica no mínimo a empresa deverá utilizar-se de um computador com internet e um profissional treinado. Pois as informações serão transmitidas online, hoje já existem empresas especializadas no ramo da informática que já produziram sistemas que integram a nota fiscal eletrônica ao sistema administrativo das empresas.

Figura 7 – Sistema administrativo com Nota Fiscal Eletrônica e SPED integrados.



Fonte: Password Interativa Sistemas

Oliveira (2007, p.74) descreve:

- (1). Pela internet, a empresa expede um arquivo eletrônico para a Secretaria da Fazenda do Estado, com as informações da transação. (2). No recebimento, instantaneamente, conferem-se a autenticidade e a integridade

do documento, graças à certificação digital.(3). Com a confirmação, a nota fica disponível para que o comprador do produto possa buscá-la, também via Web, no site do Fisco.(4). Para o transporte da mercadoria, uma simples folha de papel com um código de barras impresso é usada para verificação em postos fiscais.

METODOS DE PESQUISA

Conforme Ribeiro (2005) “método é o caminho a ser seguido a fim de que as metas sejam atingidas”. Dessa forma a seleção metodológica é o instrumento crucial para resolução do problema abordado.

Foi, utilizado alguns métodos de abordagem para o alcance do objetivo desta pesquisa, o primeiro foi à abordagem hipotético-dedutivo, pois com o advento do SPED e Nota Fiscal eletrônica permite a criação de problema prático como por, exemplo qual a contribuição oriunda da implantação da NF-e para maximização da prestação dos serviços contábeis, este método proporcionará a abordagem que realmente evidenciará o as melhorias na qualificação da profissão e do profissional da contabilidade.

Silva, (2008, p.37) descreve sobre o método Hipotético-Dedutivo:

É o método da tentativa e erro. O seu uso permite identificar os erros da hipótese para posterior correção. Ela não imuniza a hipótese contra a rejeição, mas ao contrário, oferece todas as condições para, se não for correta, que seja efetuada.

Para levantamentos de dados de uma determinada pesquisa, é necessário estar devidamente embasado em instrumentos de pesquisa bibliográficos para o alcance da resolução do problema levantado. Desta forma foram utilizadas as seguintes referências bibliográficas: leis, decretos, portarias, instruções normativas, medidas provisórias, código civil, convênios entre os estados, livros impressos e digitalizados.

De acordo com Gil, (1991), “Pesquisa Bibliográfica é quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet.”

Por se tratar de um assunto da atualidade a presente pesquisa é de cunho exploratório com utilização de material literário, levantamento bibliográfico e aplicação de questionário aos profissionais da área, sendo possível o esclarecimento do assunto abordado, com objetivo de verificar a contribuição para a maximização dos serviços contábeis com o advento da nota fiscal eletrônica.

Segundo Gil (1991) define:

Pesquisa Exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que

estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

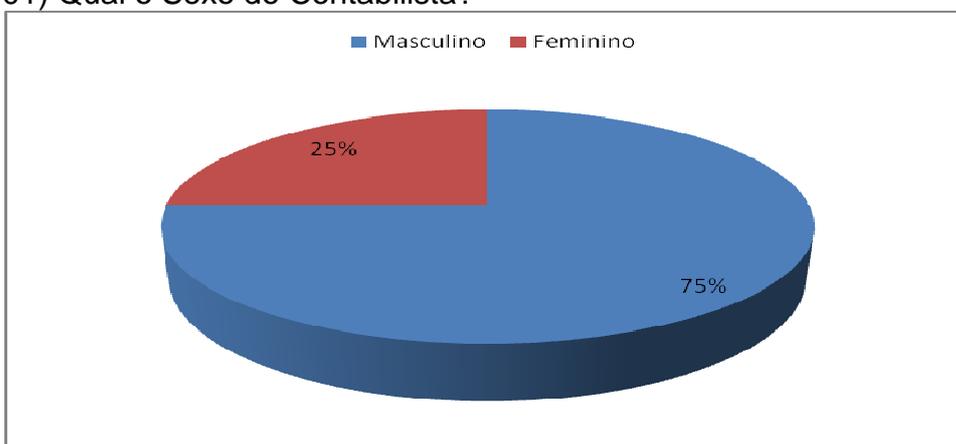
ANÁLISE E RESULTADOS

Para responder o problema abordado da pesquisa, que verificou se houve impactos nos serviços contábeis com a implantação da nota fiscal eletrônica. O levantamento dos profissionais da contabilidade foi obtido através de consulta junto a Delegacia do CRC no município de Juína-MT, onde foram encaminhado 48 questionários por meio eletrônico (e-mail) e quinze entregue pessoalmente.

Do total de questionários enviados (48), vinte foram respondidos. Com base nas respostas obtidas segue a análise e resultado da pesquisa.

Gráfico – 01

01) Qual o Sexo do Contabilista?



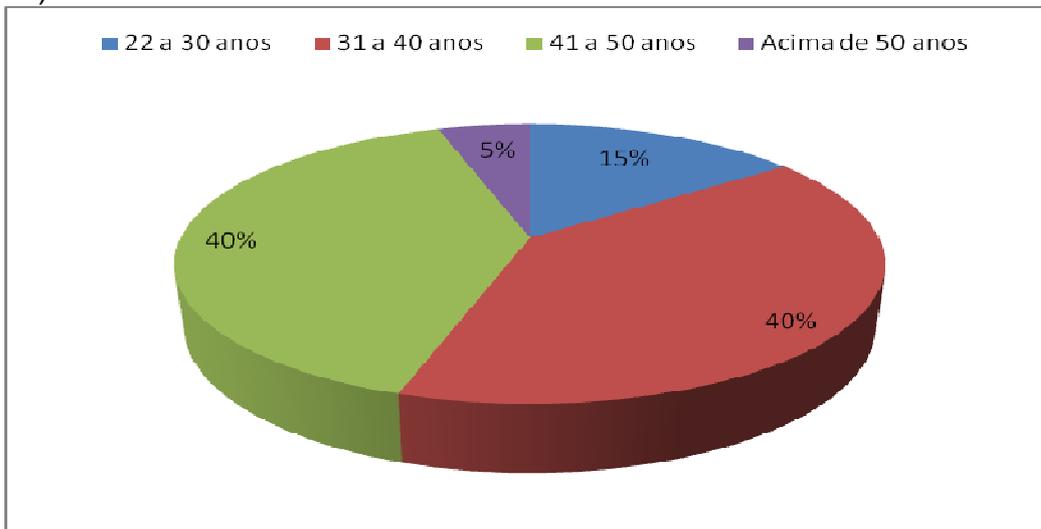
Fonte: Criado pelo autor, 2009

O questionamento inicial em relação ao sexo do profissional tem por objetivo verificar o percentual do profissional distinguindo pelo sexo. Do total de respostas, 75% são contabilistas do gênero masculino e 25% do gênero feminino. Percebe-se que atualmente em Juína o gênero masculino predomina na atuação da profissão contábil, no entanto vale ressaltar que o número do gênero feminino vem crescendo no mercado. São 48 profissionais de contabilidade vinculados ao município de Juína conforme levantamento no CRCMT, sendo 17 do gênero feminino que corresponde a 35,41% do total.

Como nas demais profissões a mulher vem ganhando espaço no mercado de trabalho.

Gráfico – 02

02) Idade do Contabilista?



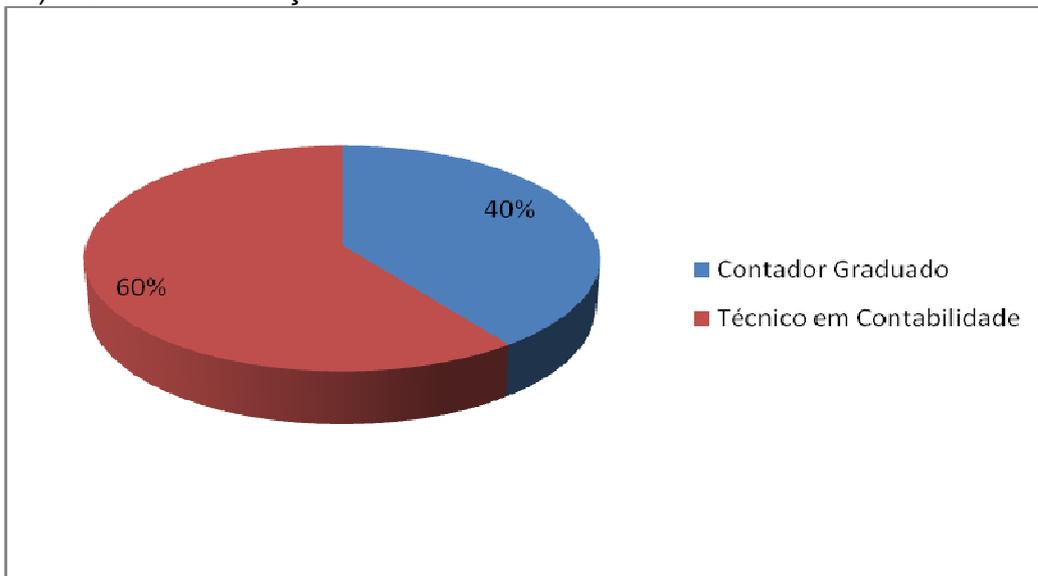
Fonte: Criado pelo autor, 2009

Em relação à idade a pesquisa apresenta resultados iguais: 31 a 40 anos e 41 a 50 anos ambos obtiveram o mesmo percentual, 40%. Idades de 22 a 30 anos obtiveram 15% e 5% dos entrevistados com idade superior a 50 anos. Na contabilidade a idade é sinônimo de experiência quanto, quanto mais experiente for na profissão, mais credibilidade terá. A pesquisa mostra que a cidade de Juína possui profissionais capacitados, com representatividade de 85% com idade superior a 31 anos.

Por outro lado o número de jovens ingressante na profissão é crescente um exemplo disso é a faculdade AJES de Juina-MT, com várias turmas de contábeis, formandos no primeiro semestre de 2009 e mais uma turma que concluirá o curso até dezembro deste ano, com alunos relativamente jovens.

Gráfico – 03

03). Qual sua formação Profissional?



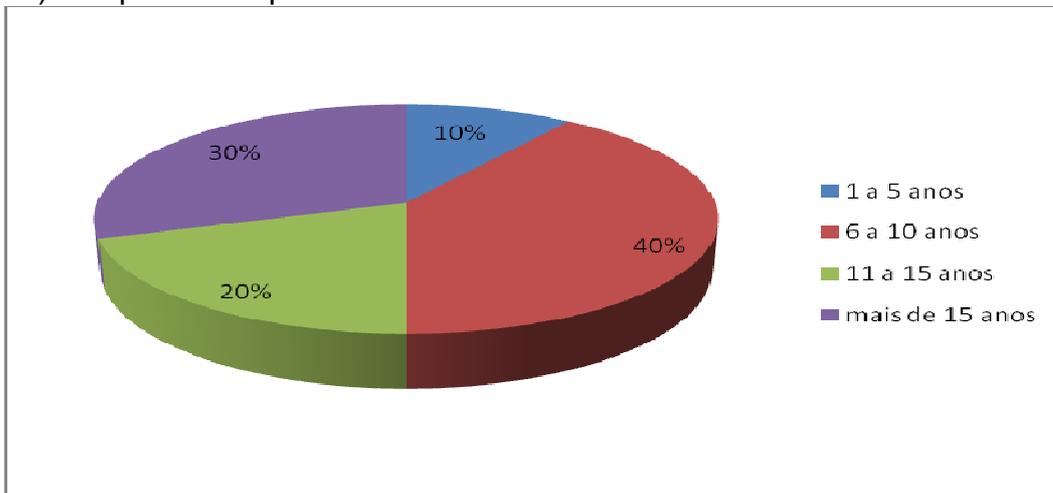
Fonte: Criado pelo autor, 2009

Quanto à formação profissional, do total de questionários respondidos, 60% dos profissionais têm formação técnica em nível de segundo grau, e 40% são contabilistas com formação de nível superior.

Aqui há um paralelo em relação à idade e a formação, que mostra os profissionais da contabilidade com idade superior a 31 anos possuindo a fatia de mercado em 85% em relação ao total dos entrevistados, a formação técnica em contabilidade apresenta o maior percentual por se tratar que no passado o governo disponibilizado o ensino médio técnico em contabilidade. Com objetivo da formação o público mais jovem ingressou na faculdade para certificação da profissão (contador graduado) com 40% do total dos entrevistados.

Gráfico – 04

04) Há quanto tempo atua na área?

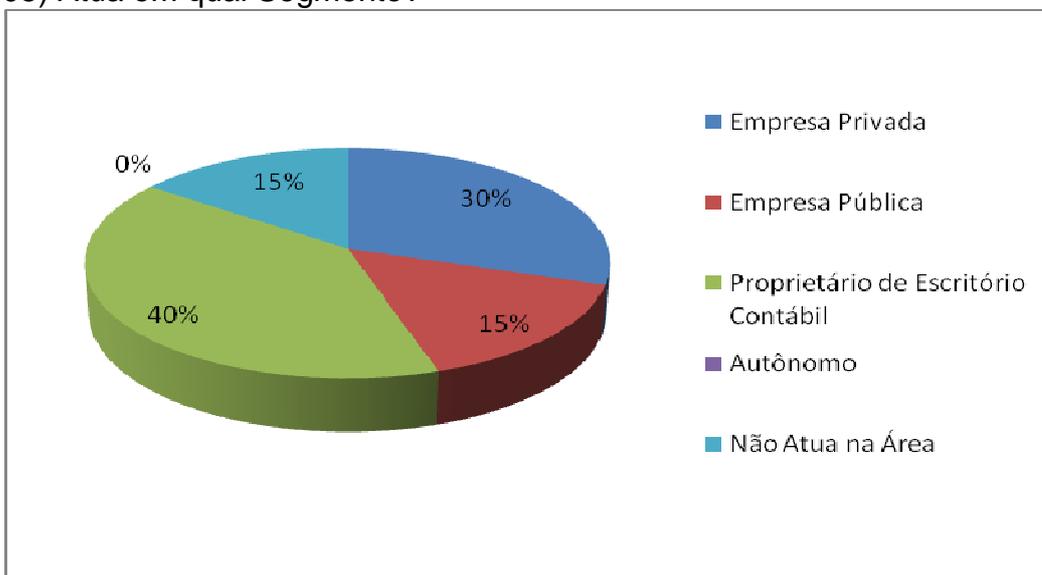


Fonte: Criado pelo autor, 2009

A quarta pergunta apresenta os seguintes percentuais em relação a tempo de atuação na área: Entre 6 a 10 anos 40%, mais de 15 anos 30%, entre 11 a 15 anos 20% e 10% de 1 a 5 anos. Observa-se que atualmente em Juína os profissionais contábeis são experientes atuando há vários anos na área conforme percentuais apresentados. Porém os números tendem a mudar, pois a uma grande demanda de acadêmicos que concluíram recentemente o curso e a tendência é que os mesmos ocupem espaço no ramo da contabilidade.

Gráfico – 05

05) Atua em qual Segmento?



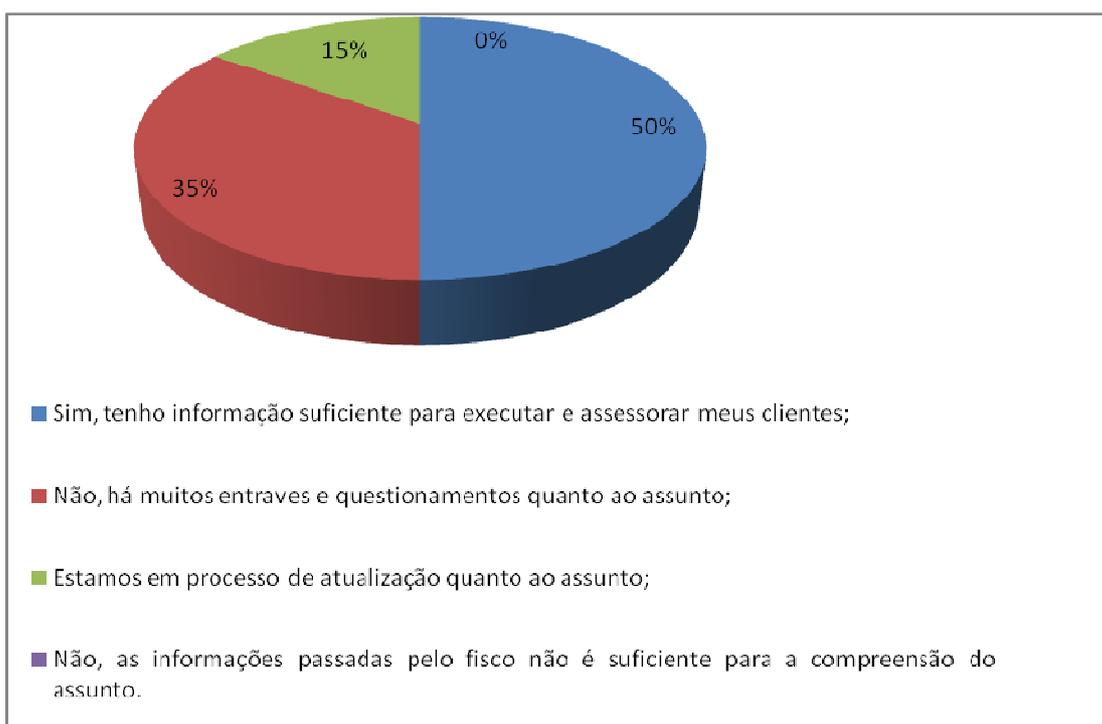
Fonte: Criado pelo autor, 2009

Em relação ao segmento de atuação houve uma maior percentual de retorno dos proprietários de escritório contábil com 40%, empresa privada 30%, empresa pública 15%, profissionais que não atuam na área 15% e do total enviado nenhum se classificou como autônomo 0%.

A atuação do profissional é ponto forte para análise total da pesquisa, pois a maior representatividade foram dos proprietários de escritórios, desta maneira a pesquisa tende a atender os objetivos relacionados a área, onde além de ser profissionais formados são líderes de outros profissionais também formados e são responsáveis pela tomada de decisão na empresa.

Gráfico – 06

06) Você esta preparado para dar suporte ao seu cliente em relação ao SPED e NF-e?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

A partir da sexta pergunta procura-se obter respostas ao problema da pesquisa, que é verificar a contribuição oriunda da implantação da NF-e para maximização da prestação dos serviços contábeis?

Foi abordado primeiramente o seguinte questionamento, os profissionais de juna estão preparados para dar suporte a seus clientes em relação ao SPED e NF-e.

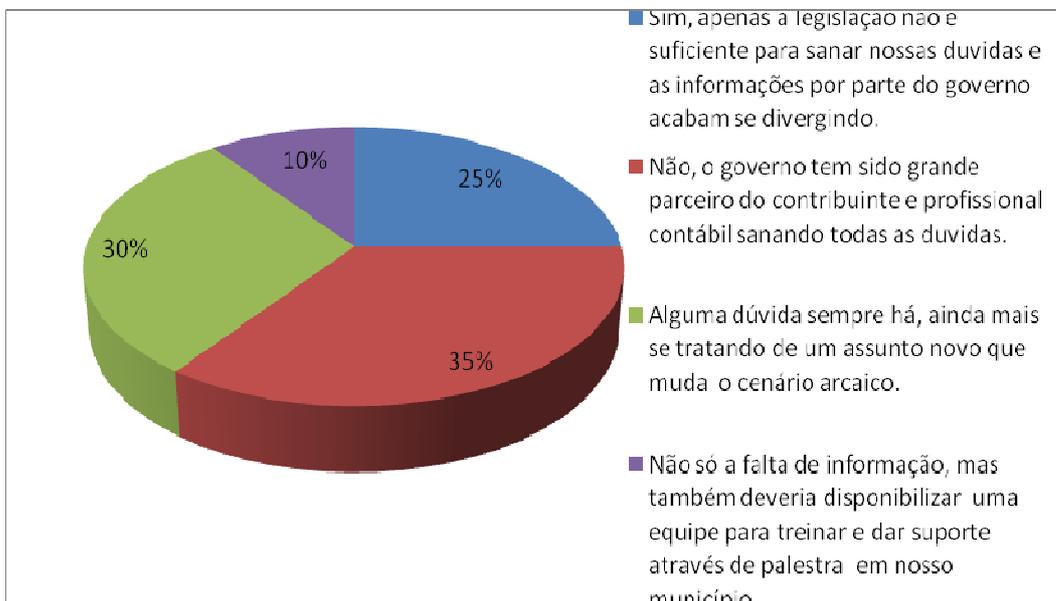
Os dados apresentam os seguintes percentuais: 50% dos entrevistados já

estão aptos a nova mudança possuindo informação suficiente para executar e assessorar seus clientes. No entanto 35% ainda estão em busca de informações, justificando que há muitos entraves e dúvidas em relação ao assunto e afirmam que não estão preparados para tal mudança. Do total entrevistado 15% buscam informações, pois estão em processo de atualização quanto ao assunto, porém consegue dar suporte aos seus clientes. É importante evidenciar que as informações passadas pelo fisco é suficientes para a compreensão do assunto, pois obteve 0% de críticas pelos entrevistados.

Esta pergunta merece uma atenção maior por parte dos leitores e usuários do sistema eletrônico, pois, o SPED e NF-e não é mais um sonho e sim uma realidade na vida das empresas e dos escritórios de contabilidade, é bom ressaltar que o não cumprimento da legislação, implicará em multas pecuniárias aos contribuintes, e conseqüentemente perdas de clientes aos profissionais não atualizado ao assunto.

Gráfico – 07

07) Há falta de informação por parte do governo em relação ao assunto?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

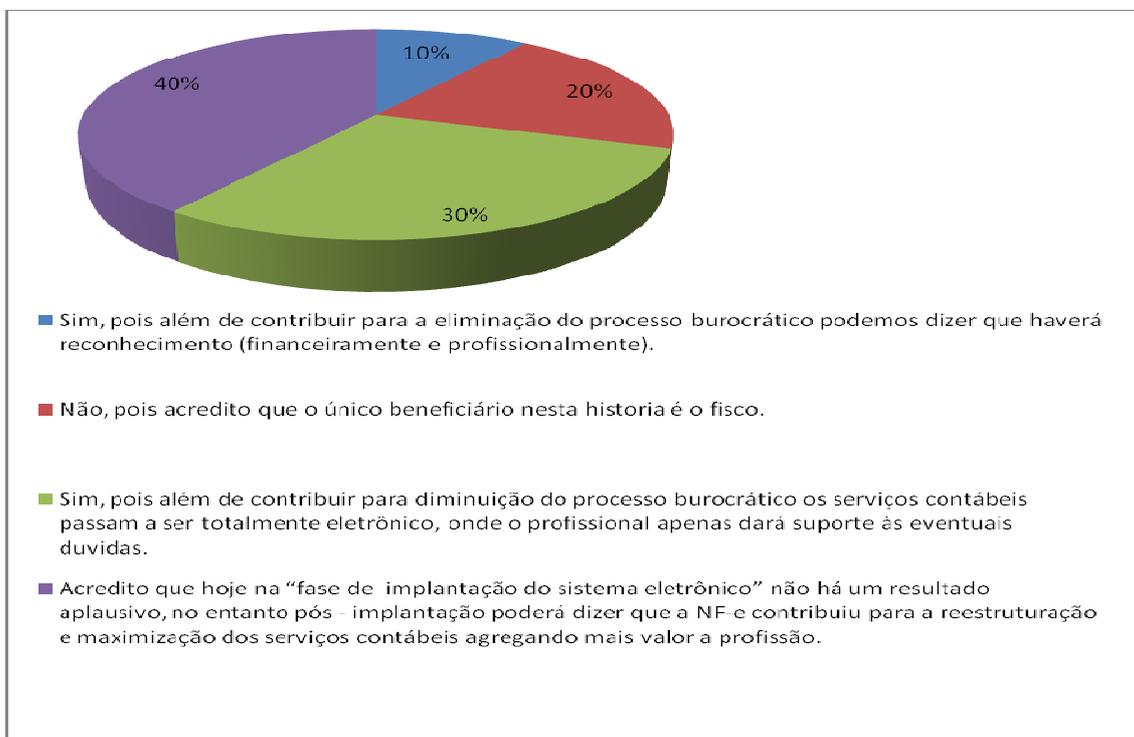
Esta pergunta completa o questionamento anterior, onde busca saber se há falta de informação por parte do governo em relação ao assunto abordado. As respostas foram: 35% dos entrevistados responderam que o governo tem sido grande parceiro do contribuinte e profissional contábil sanando todas as dúvidas. Outros 30% dizem que alguma dúvida sempre há, por se tratar de um assunto novo

que muda o cenário atual, porém não atribui responsabilidade ao fisco. Pode-se dizer que há usuários com dificuldades representando 25% do total entrevistado, eles atribuem estas dificuldades ao governo, “apenas a legislação não é suficiente para sanar as nossas duvidas e as informações passado pelo governo acabam se divergindo. Porém 10% responderam que não só há falta de informação, mas o governo deveria disponibilizar também uma equipe para treinar e dar suporte através de palestra em nosso município.

Pode-se observar que os usuários estão inteirados ao assunto, e o governo por sua vez através da legislação tem conseguido atender a necessidade do usuário no quesito teórico, porém a dificuldade encontrada é a parte operacional “como executar o serviço”, que poderia ser solucionado caso o governo tivesse uma proximidade com os usuários de Juina-MT, palestrando, ministrando cursos e capacitando a agência fazendária de nosso município quanto ao assunto.

Gráfico – 08

08) Em sua opinião, a Nota Fiscal Eletrônica tem contribuído para a maximização dos serviços contábeis?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

A oitava pergunta procura saber se a nota fiscal eletrônica tem contribuído para maximização dos serviços contábeis. A maioria respondeu que sim, 40%

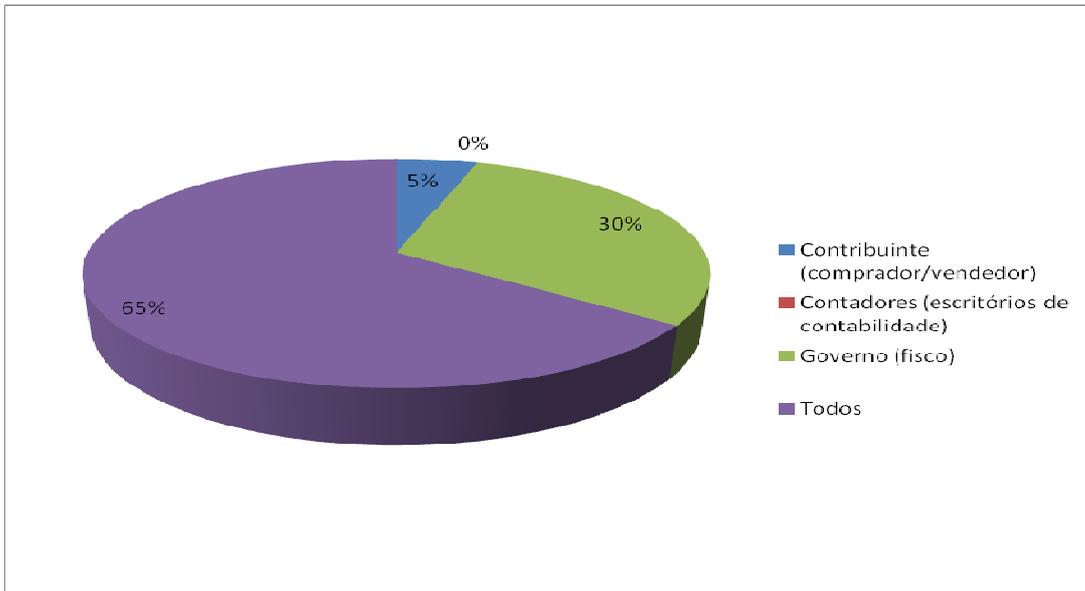
acredita que hoje na “fase de implantação do sistema eletrônico” não há um resultado plausível, no entanto pós – implantação poderá dizer que a NF-e contribui para a reestruturação e maximização dos serviços contábeis agregando maior valor a profissão ou não. 30% dos entrevistados acreditam que os resultados são visíveis e positivos, respondendo que além de contribuir para diminuição do processo burocrático os serviços contábeis passam a ser totalmente eletrônico, onde o profissional apenas dará suporte às eventuais dúvidas a seus clientes. No entanto, 20% acreditam que o governo em hipótese alguma faria um projeto para beneficiar os usuários e sim a si mesmo, responderam não a questionamento, pois acreditam que o único beneficiário nesta história é o fisco. 10% concordam que há contribuição para maximização dos serviços contábeis e reconhecimento da profissão, optando pela seguinte resposta da pergunta abordada: sim, pois além de contribuir para eliminação dos serviços burocráticos pode-se dizer que haverá reconhecimento (financeiramente e profissionalmente).

O questionamento oito apresenta resultados positivos em relação a contribuição da NF-e para maximização dos serviços contábeis. Onde 80% concordam com os benefícios para classe contábil, dividindo-se em resultados: atualmente e pós-implantação, enfatizando que além de mudar a sistemática do processo contábil burocrático o profissional contábil terá reconhecimento financeiramente e maior valorização no mercado de trabalho.

Toda mudança a princípio tem difícil aceitação, isto é normal em qualquer segmento da sociedade, por exemplo: é fácil uma pessoa relacionar-se com um grupo de amigo, porém ao fazer novas amizades nascem barreiras e dificuldade de aproximação e de relacionamento. Ao manter contato dia após dia, essas dificuldades desaparecem, e individuo passará a relacionar-se com seu novo amigo sem problema algum. Com base no exemplo acredita-se que o resultado apresentado em 20% daqueles que acham que o único beneficiário é o fisco, mudará com o passar do tempo, pois o projeto SPED e NF-e é um processo, “ganha-ganha”, o fisco ganha mais o contribuinte também ganha.

Gráfico – 09

09) Em sua opinião, com a implantação da NF-e, quem será o principal beneficiário?



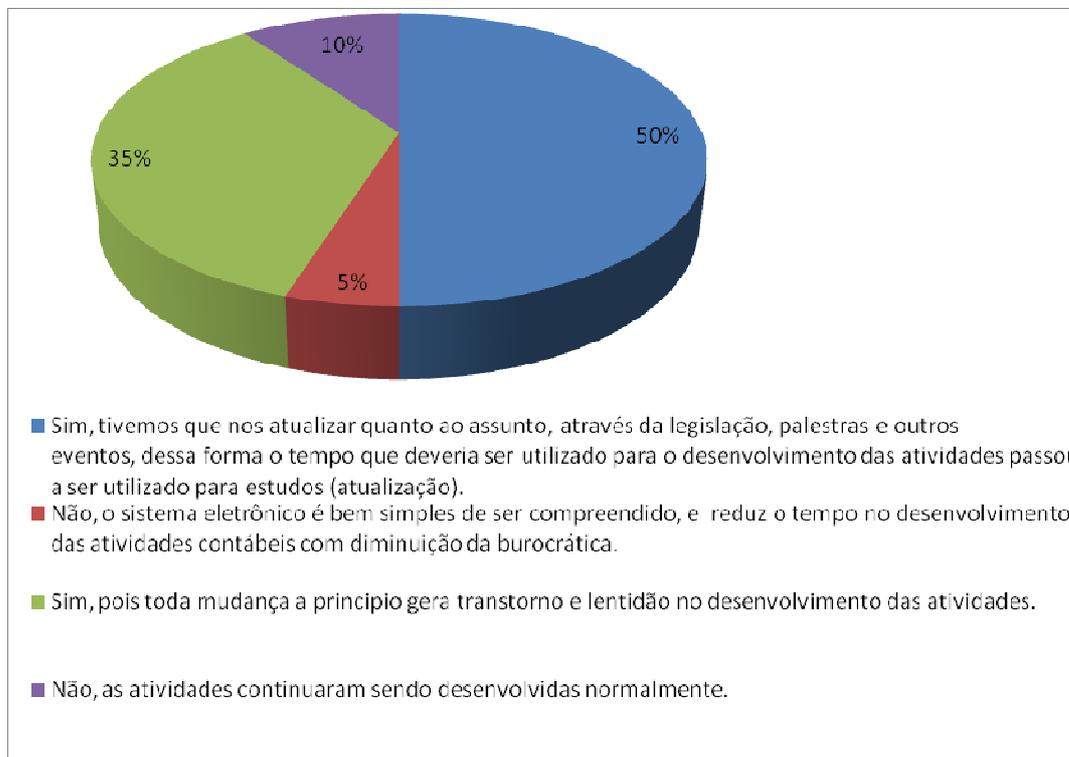
Fonte: Criado pelo autor, 2009

A pergunta de número nove busca saber, com a implantação da NF-e quem será o principal beneficiário. 65% responderam que todos são beneficiado, 30% acham que é o governo o único beneficiado, 5% do total acham que os contribuinte e 0% ficou com os contadores (escritórios de contabilidades).

Esta pergunta evidencia bons resultados na implantação da NF-e pois a maioria acredita que todos serão beneficiados com a Nota Fiscal Eletrônica. E 30% que responderam que o fisco é o único beneficiário.

Gráfico – 10

10) Com a implantação do sistema eletrônico houve aumento na demanda de serviço?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

Esta pergunta procura saber se com a implantação do sistema eletrônico SPED houve aumento na demanda de serviço. 50% do total responderam que sim, tivemos que nos atualizar quanto ao assunto, através da legislação, palestras e outros eventos, dessa forma o tempo que deveria ser utilizado para o desenvolvimento das atividades passou a ser utilizado para estudos (atualização). 35% responderam sim, pois toda mudança a principio gera transtorno e lentidão no desenvolvimento das atividades. No entanto 10% responderam que não, houve aumento na demanda de serviço e que os mesmo continuaram sendo desenvolvidos normalmente. 5% não, o sistema eletrônico é bem simples de ser compreendido, reduz o tempo no desenvolvimento das atividades contábeis diminuindo o processo burocrático.

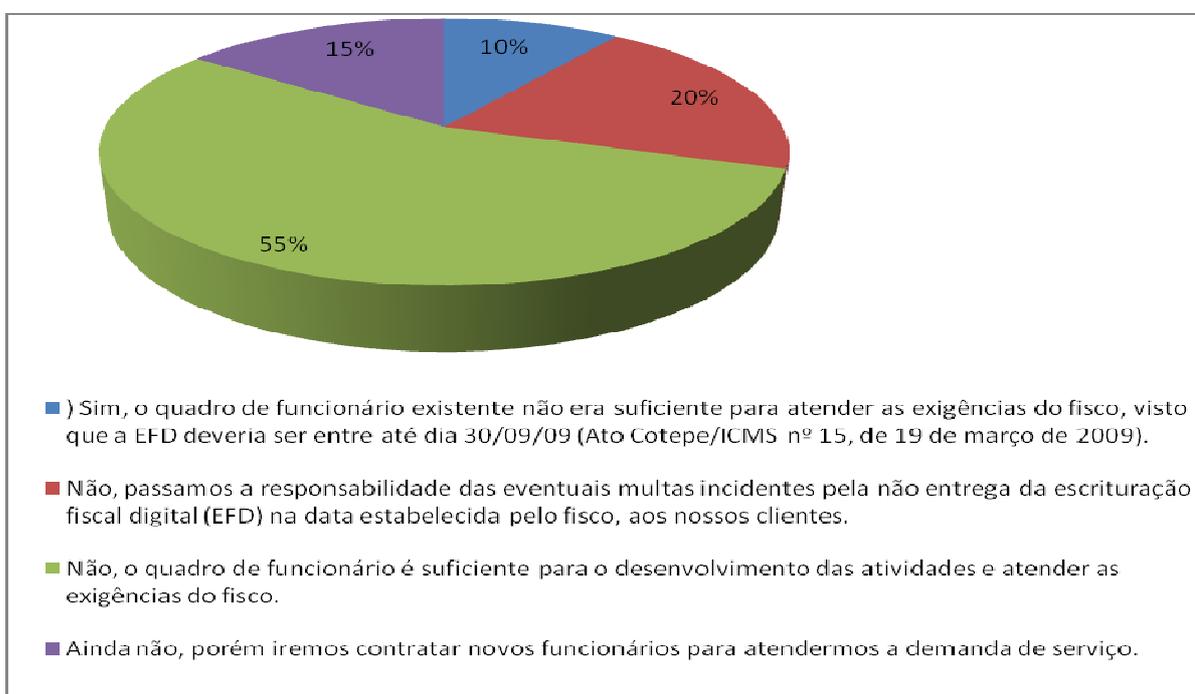
Observa-se que no geral houve aumento na demanda dos serviços contábeis, por exemplo: há duvidas por parte do contribuinte na emissão da NF-e, onde repassam essas dúvidas aos escritórios de contabilidade que disponibiliza de tempo orientando os mesmo em relação ao assunto. Quanto ao SPED, o cadastro da

empresa e os lançamentos no sistema são feitos de forma manual, não sendo possível nessa primeira fase a importação de arquivos, o que acarreta grande demanda na mão de obra.

A tendência para o futuro é unificar as diversas obrigações fiscais exigidas atualmente pelo fisco, maximizando os serviços contábeis.

Gráfico – 11

11) Houve contratação de novos funcionários com as modificações no cenário contábeis no tocante ao PROJETO SPED e NF-e?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

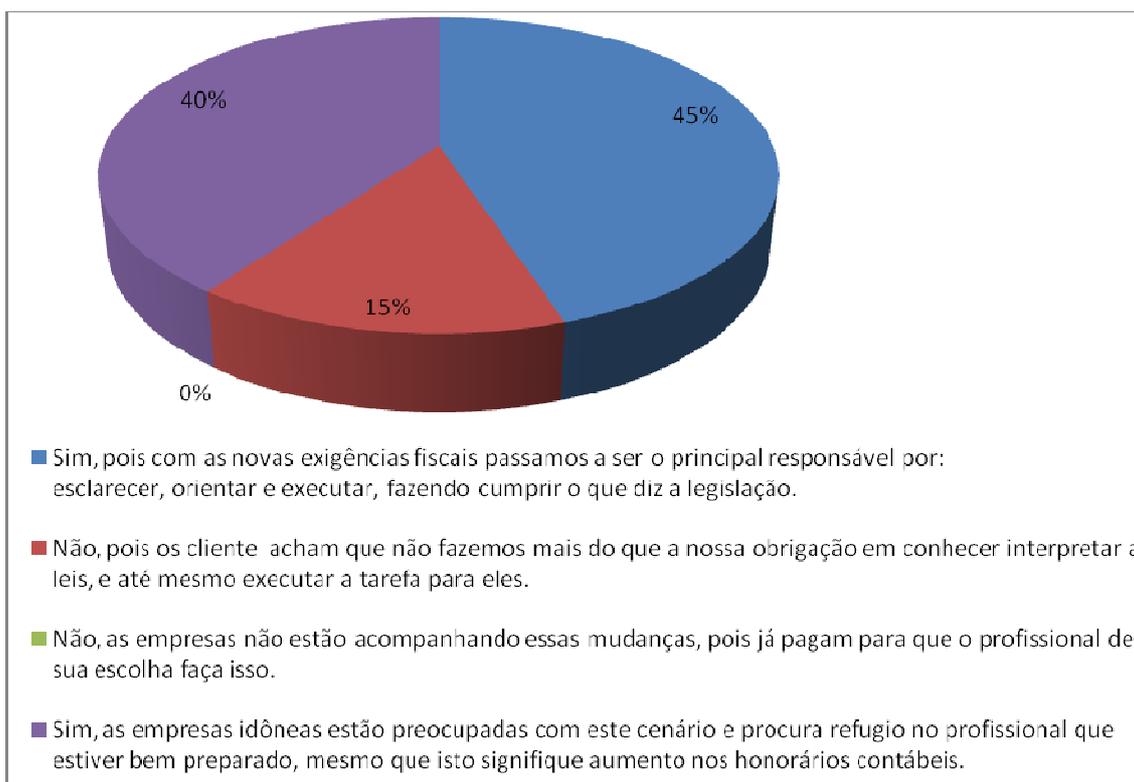
A décima primeira pergunta procura verificar se houve contratação de novos funcionários com as modificações no cenário contábil no tocante ao PROJETO SPED e NF-e. 55% responderam, que não pois o quadro de funcionário é suficiente para o desenvolvimento das atividades e atender as exigências do fisco. 20% não contrataram, porém repassaram a responsabilidade das eventuais multas incidentes pela não entrega da escrituração fiscal digital (EFD) na data estabelecida pelo fisco, aos seus clientes. 15% não contrataram, porém afirmam que irá contratar novos funcionários para atender a demanda de serviço. 10% contrataram novos funcionários, pois o quadro existente era insuficiente para atender as exigências do fisco.

O resultado obtido mostra equilíbrio, pois 55% dos profissionais continuaram a desenvolver suas atividades normalmente, e 45% não têm o quadro de funcionário suficiente para atender a demanda, contrataram ou vão contratar nos profissionais e outros dividem a responsabilidade com seus clientes.

Esta pergunta se completa quando feito um paralelo com a pergunta de numero cinco que optam o percentual de 40% dos entrevistados são proprietário de escritório de contabilidade, pode-se dizer que no geral principalmente os escritórios de contabilidade deverão investir na qualificação de mão de obra contratando novos profissionais para atenderem à demanda.

Gráfico – 12

12) As novas obrigações fiscais que representam despesa para as empresas em geral, para as consultorias contábeis e escritórios de contabilidade são sinônimo de novos clientes e aumento de faturamento. Você concorda com essa afirmação?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

Na pergunta décima segunda é feito primeiramente uma afirmação, e depois foi feito o seguinte questionamento: as novas obrigações fiscais que representam despesa para as empresas em geral, para as consultorias contábeis e escritórios de contabilidade são sinônimo de novos clientes e aumento de faturamento. Procurou-

se saber se os entrevistados estão de acordo com esta afirmação. As respostas obtidas foram: 45% responderam sim, pois com as novas exigências fiscais passamos a ser o principal responsável por: esclarecer, orientar e executar, fazendo cumprir o que diz a legislação. 40% do total dos entrevistados acreditam que haverá novos clientes e aumento no faturamento dos serviços prestados, respondendo que as empresas idôneas estão preocupadas com este cenário e procuram refugio no profissional que estiver bem preparado, mesmo que isto signifique aumento nos honorários contábeis. 15% responderam não, pois os clientes acham que não fazemos mais do que a nossa obrigação em conhecer interpretar as leis, e até mesmo executar as tarefas para eles.

Os profissionais contábeis estão satisfeitos com as novas mudanças, pois a análise que pode ser feita com pergunta abordada, é que 85% acreditam que o sistema eletrônico abrirá novos horizontes e que isso resultará no aumento do faturamento da empresa e reconhecimento profissional.

Gráfico – 13

13) Além do investimento pessoal, os escritórios de contabilidade também terão que investir em tecnologia. Isto tem sido uma realidade em sua empresa?



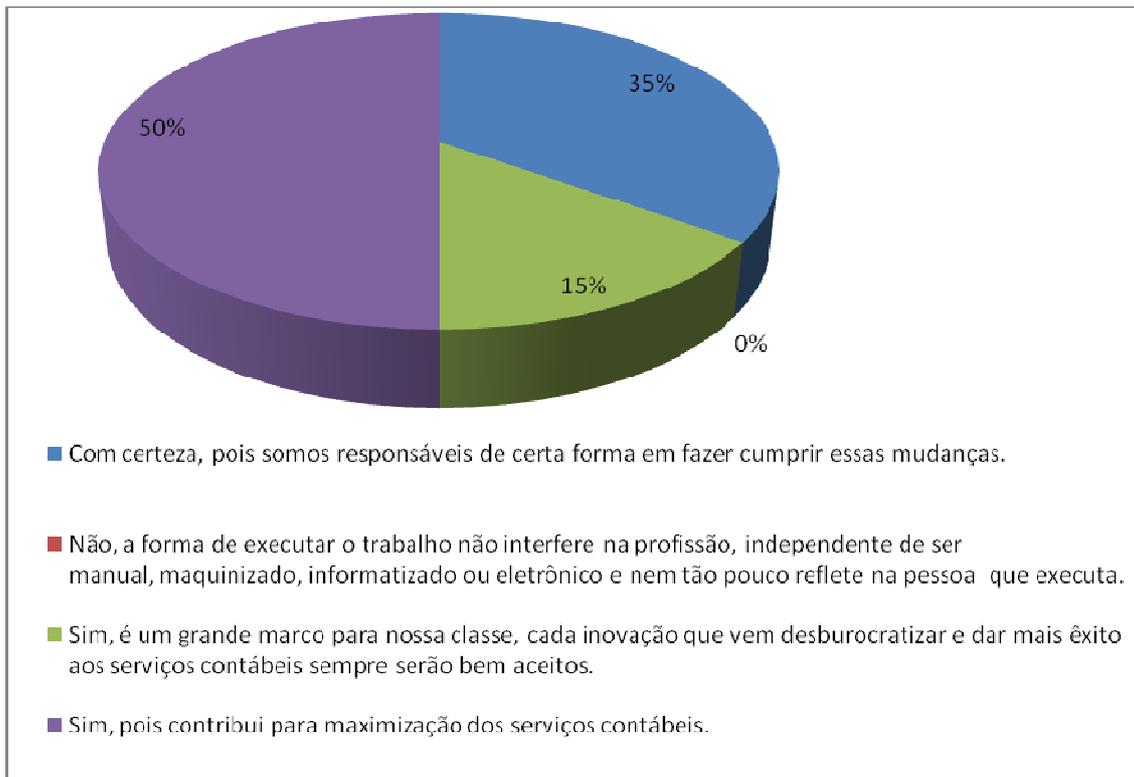
Fonte: Criado pelo autor, 2009

A pergunta 13 procurou saber se além do investimento pessoal, os escritórios de contabilidade também terão que investir em tecnologia e se isso tem sido uma realidade em sua empresa. 30% responderam, não, a estrutura que temos é suficiente para o desenvolvimento das atividades. 30% responderam que até agora não tiveram mudança, mas estão cientes que deverão ter investimento tecnológico e programas informatizados. 20% responderam sim, compramos novas máquinas e adequamos os programas contábeis, 20% responderam que não muda nada em questão de máquinas ou programas, o foco é apenas manter-se atualizado á legislação.

Nota-se que metade dos entrevistados tem consciência que com as novas obrigações o investimento é inevitável. Outra metade dos entrevistados garante que tem estrutura suficiente para dar continuidade nos serviços contábeis.

Gráfico – 14

14) Apesar dos novos desafios e exigências, profissão e profissionais ganham mais importância e qualidade na era digital?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

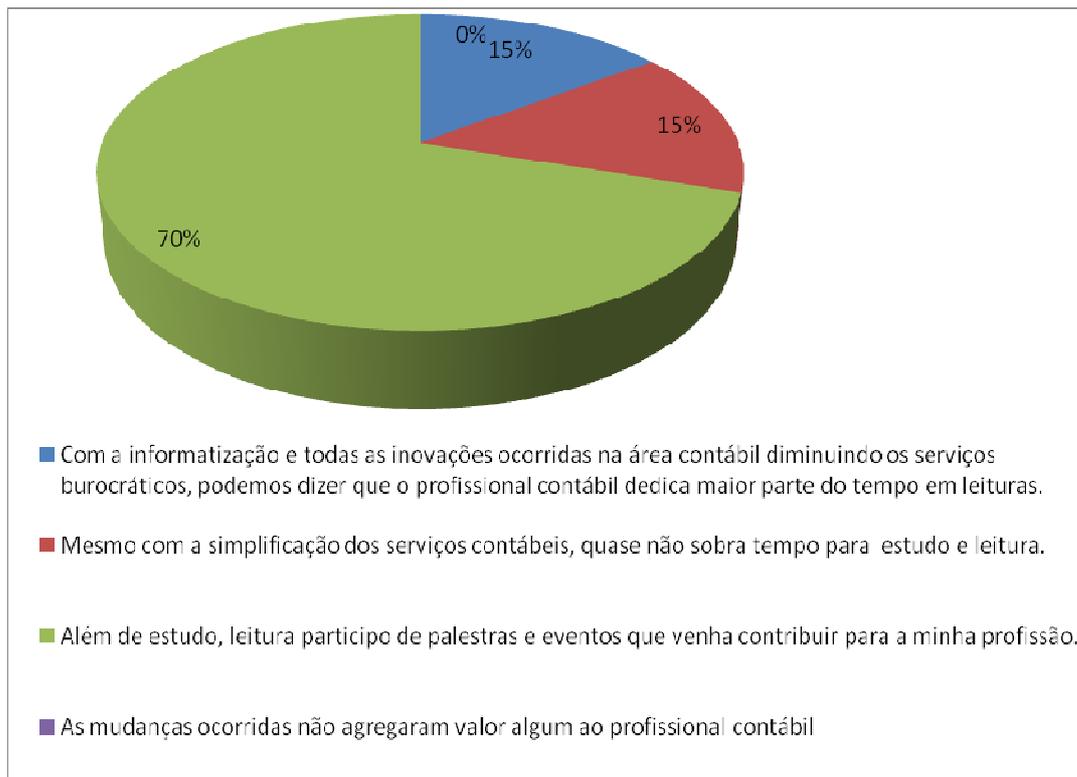
A pergunta 14 busca resultados em relação a profissão e profissional levantando o seguinte questionamento: apesar dos novos desafios e exigências,

profissão e profissionais ganham mais importância e qualidade na era digital. 50% responderam que sim, pois contribui para maximização dos serviços contábeis. 35% foram mais fundo respondendo, com certeza, somos responsáveis de certa forma em fazer cumprir essas mudanças. 15% do total dos entrevistados responderam sim, é um grande marco para nossa classe, cada inovação que venha desburocratizar e dar mais êxito aos serviços contábeis sempre serão bem aceitos.

Observe que 100% dos entrevistados acreditam na valorização da profissão e do profissional com a implantação nota fiscal eletrônica, contribuindo para maximização dos serviços contábeis. Os profissionais contábeis vivem um momento de destaque, pois são responsáveis por interpretar, orientar e fazer cumprir as exigências do fisco.

Gráfico – 15

15) As inovações, mudanças, e principalmente o avanço tecnológico tem contribuído para o aprimoramento do profissional contábil?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

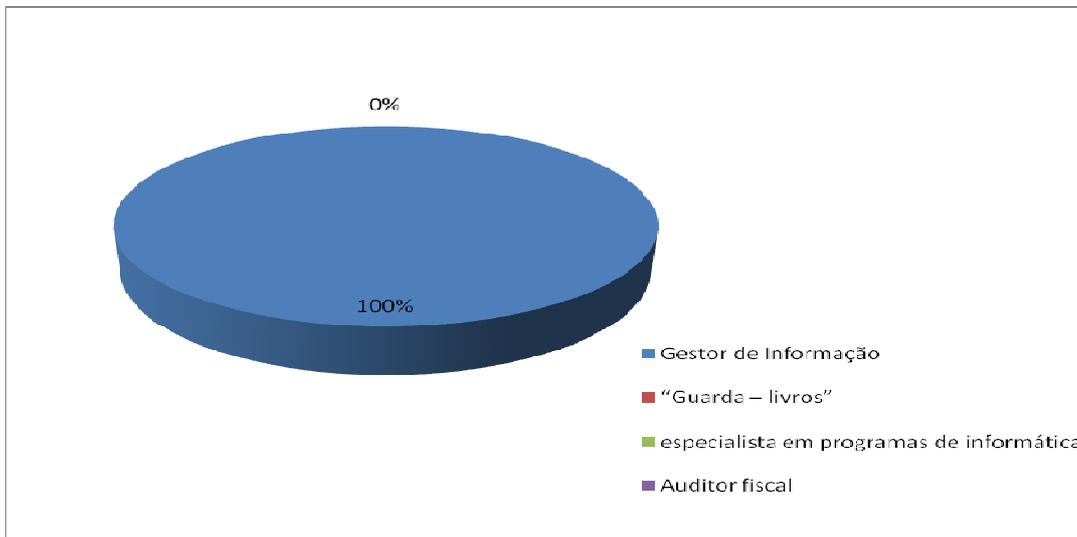
A pergunta 15 verificou se as inovações, mudanças, e principalmente o avanço tecnológico tem contribuído para o aprimoramento do profissional contábil. A maioria com 70% sim, Além de estudo, leitura participam de palestras e eventos que

venha contribuir para o desenvolvimento da profissão. 15% responderão não, mesmo com a simplificação dos serviços contábeis, quase não sobra tempo para estudo e leitura. 15% responderam sim, o profissional contábil dedica maior parte do tempo em leitura.

O profissional que procura estar apto as novas mudanças, interar-se as novas exigências de mercado, dedica tempo a leitura, participa de eventos que venham agregar a sua profissão e que acima de tudo que tenha comprometimento na tarefa que esta executando, este é o profissional que trilhará rumo ao sucesso, onde os profissionais de Juína estão no caminho certo, pesquisa mostra que a maioria dos entrevistados (85%), estão em busca de conhecimento.

Gráfico – 16

16. Com as varias mudanças ocorrido na legislação no âmbito fiscal e tributário como, por exemplo: convergência das normas internacional da contabilidade (lei 11.638/07), o projeto SPED e NF-e. Neste novo cenário qual o papel principal do profissional contábil?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

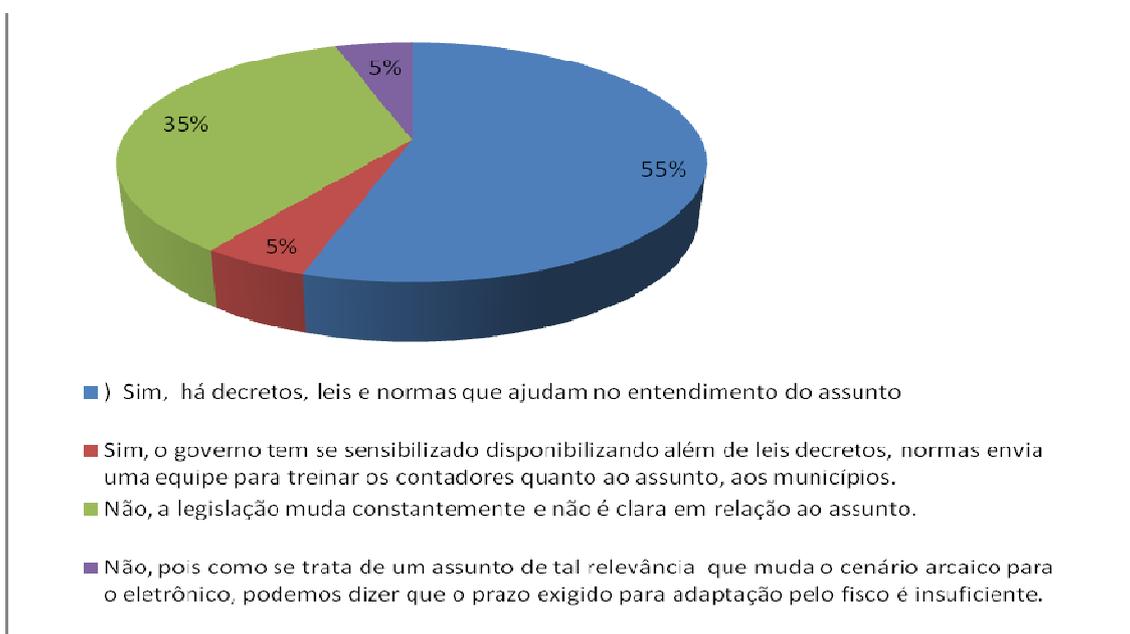
medidas provisórias, novas portarias, alterações A pergunta 16 quer saber qual o principal papel dos profissionais contábeis com as novas exigências do fisco. 100% dos entrevistados responderam que os profissionais da contabilidade exerceram o papel principal de gestores de informações.

Todos os dias há novas exigências na legislação, novos decretos, novas leis, nas leis existentes etc. Com tanta informação a ser observada e a não

disponibilidade por parte do contribuinte, faz com que os mesmos busquem profissionais altamente qualificados e que mantenha-os informados e adequados às exigências do fisco. Diante desse cenário, 100% dos entrevistados responderam que os profissionais da contabilidade são gestores de informação.

Gráfico – 17

17. Na sua opinião, a informação que o governo tem passado é suficiente para atender às suas necessidades quanto ao SPED e a NF-e?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

A presente pergunta procura verificar se a informação que o governo tem passado são suficientes para atender às necessidades dos entrevistados em relação ao SPED e a NF-e. O maior percentual 55% responderam sim, há decretos, leis e normas que ajudam no entendimento do assunto, 35% responderam não, a legislação muda constantemente e não é clara em relação ao assunto, 5% também responderam sim a pergunta, onde afirma que o governo tem sido grande parceiro e que já disponibilizou equipes para dar treinamento no município. Outros 5% responderam não, pois como se trata de um assunto de tal relevância que muda o cenário arcaico para o eletrônico, podemos dizer que o prazo exigido para adaptação pelo fisco é insuficiente.

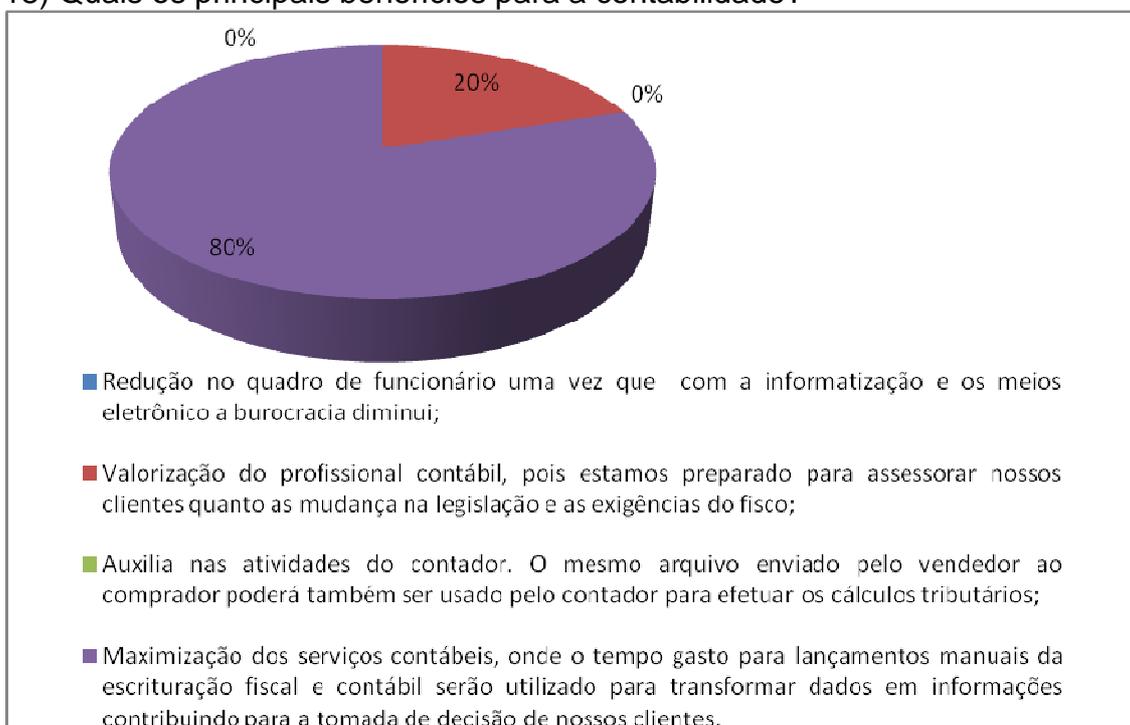
Nota-se que a maior parte dos entrevistados (60%) estão aptos ao assunto e que isso só foi possível pela transparência e clareza do fisco nas informações

fornecidas. Por outro lado, observa-se que ainda a dúvida por parte dos entrevistados 40% estão confusos e acreditam que o governo não tem sido coerente nas informações prestadas.

O assunto SPED já não é nenhuma novidade, pois projeto vem se desenrolando a mais de 5 anos, muitos acreditavam que levaria mais alguns anos para o que o mesmo fosse implantado e começa-se a vigorar e que houve-se diversas prorrogação no prazo da entrega, no entanto os contribuintes tiveram prazo até 30/09/09 para entregar (ECD) sob pena de multa pela não entrega.

Gráfico – 18

18) Quais os principais benefícios para a contabilidade?



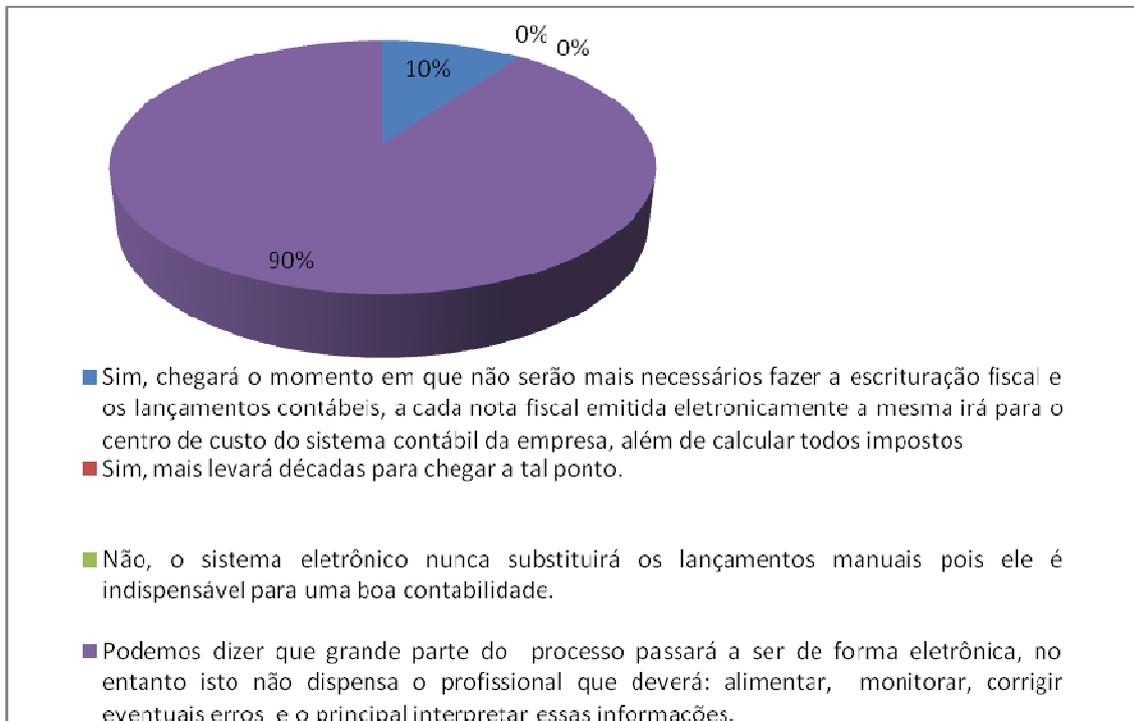
Fonte: Criado pelo autor, 2009

A pergunta 18 procurou verificar quais os principais benefícios para a contabilidade com a implantação da NF-e. O maior percentual foi, 80% responderam que é a maximização dos serviços contábeis, 20% acreditam que é a valorização do profissional contábil.

Nota-se que os entrevistados estão bem otimistas, acreditam na valorização do profissional e na maximização dos serviços contábeis, e isso contribuirá para uma nova fase na vida dos profissionais da contabilidade.

Gráfico – 19

19) A tendência da contabilidade é de ser totalmente eletrônica com o advento da NF-e?



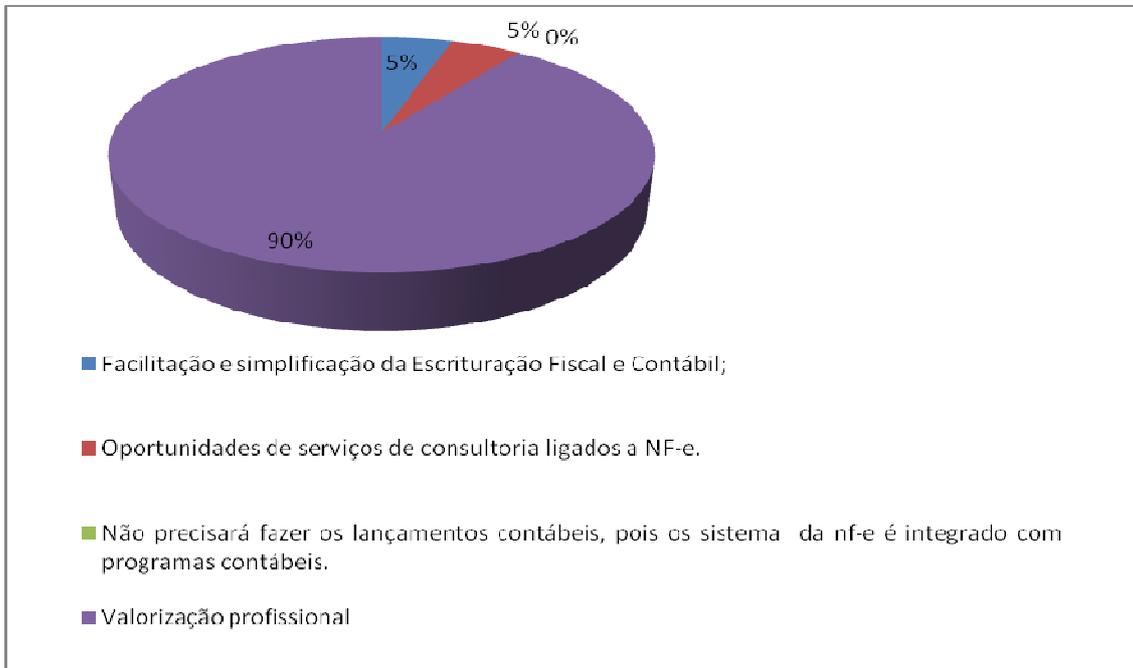
Fonte: Criado pelo autor, 2009

A penúltima pergunta procurou saber se tendência da contabilidade é de ser totalmente eletrônica com o advento da NF-e. A maioria 90% responderam que grande parte do processo passará a ser de forma eletrônica, no entanto isto não dispensa o profissional que deverá: alimentar, monitorar, corrigir eventuais erros e o principal interpretar essas informações. Apenas 10% acreditam que a contabilidade passara a ser totalmente eletrônica.

Observa-se que os entrevistados acreditam na tendência da contabilidade a ser executada de forma 100% eletrônica, no entanto a função de alimentar, monitora, corrigir eventuais erros e interpretar as informações ficará de responsabilidade dos profissionais da contabilidade.

Gráfico – 20

20) Qual o principal benefício para os contabilistas?



Fonte: Criado pelo autor, 2009

A última pergunta procurou saber qual o principal benefício para os contabilistas com a implantação da NF-e. 90% responderam que é a valorização profissional, 5% facilitação e simplificação da escrituração fiscal e contábil e 5% responderam que o maior benefício para os contabilistas é a oportunidade de serviços de consultoria ligados a NF-e.

Os resultados apresentado mostra que o contabilista não é valorizado no mercado atual, apesar da sua importância para a sociedade de modo geral. No entanto com a implantação da nota fiscal e eletrônica e o projeto SPED, o cenário tende a mudar, na opinião dos profissionais contábeis 95% dos entrevistados, acreditam que eles terão uma maior valorização no mercado.

CONCLUSÃO

Este trabalho verificou os aspectos relevantes com implantação da Nota Fiscal Eletrônica e os impactos ocorridos na prestação dos serviços contábeis, através de inovações tecnológicas, que em função da globalização tornou-se peça fundamental para reestruturação do processo contábil e aproximação entre contribuintes, contadores, e órgãos governamentais, buscando resultados que beneficiem a todos.

Foi possível perceber que os profissionais estão preocupados em atender as exigências do fisco, e buscam esclarecimentos junto aos órgãos e entidades envolvidas.

A Nota Fiscal Eletrônica foi implantada desde julho de 2005 (SINIEF 07/2005) sofrendo algumas alterações, pesquisa aponta que 50% dos profissionais entrevistados já estão adaptados às mudanças e não possuem dificuldade no manuseio da NF-e, 15% apresentam familiaridade a NF-e, e continuam em processo de atualização, no entanto 35% não possuem conhecimentos necessários sobre o assunto, e atribui a responsabilidade ao fisco nas informações prestadas.

A pesquisa procurou saber se com a implantação da NF-e houve impacto na prestação dos serviços contábeis. Os resultados apresentados são bem significativos comprovando que a NF-e tem causado impacto positivo sim, com 90% de concordância por parte dos entrevistados. A NF-e elimina os procedimentos burocráticos pertinentes a contabilidade, reduzindo erros e custos na escrituração fiscal, agiliza as operações comerciais entre contribuinte/contador/fisco agregando maior valor a profissão contábil.

Foram confirmadas as hipóteses de: redução de erros na escrituração fiscal, implantação e utilização da NF-e de forma correta e unificação das obrigações acessórias do contribuinte através do SPED.

Quanto à hipótese sobre capacitação de mão-de-obra dos profissionais da contabilidade com a implantação da nota fiscal eletrônica também foi confirmada 50% dos entrevistados responderam que estão dedicando maior parte do tempo em leituras na legislação, palestras e outros eventos relacionados ao assunto.

Há única hipótese não confirmada é dos investimentos tecnológicos onde apenas 20% dos entrevistados investiram.

Com as novas exigências pode-se dizer que a maioria dos entrevistados (65%) acreditam que todos são beneficiados com a implantação da NF-e. No entanto 35% optaram pelo fisco como único beneficiado.

As mudanças sempre ocorreram, no entanto, a fase que os profissionais de contabilidade estão vivendo é única, pesquisa aponta que 85% dos entrevistados estão otimistas com resultados apresentados e impacto positivo na execução dos serviços contábeis, mas também o reconhecimento financeiro onde as empresas idôneas estão preocupadas com o cenário atual, procura abrigo no profissional que estiver mais preparado, mesmo que isso resulte em aumento nos honorários.

Portanto conclui-se que foi cumprido o objetivo geral e específico desta pesquisa, e das seis hipóteses levantadas apenas uma não foi confirmada (investimentos tecnológicos). Foi possível obter uma resposta ao problema da pesquisa que buscou verificar quais foram os impactos causados com implantação da NF-e na prestação dos serviços contábeis, onde foi possível identificar a maximização nos serviços e valorização do profissional contábil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Convênio ICMS nº 143/2006, de 20 de dezembro de 2006. **Institui a Escrituração Fiscal Digital – EFD**, União, representada pela Secretaria da Receita Federal – SRF e o Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Macapá, AP, 15/ dez. 2006

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**, Presidente da República, Brasília, DF, 22. Jan. 2007.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003. **Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**. Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Brasília, DF, 19 dez. 2003.

BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Presidente da República, Brasília, DF, 10 jan. 2002.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. **Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências**, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 24 Ago. 2001.

BRASIL. Protocolo de Cooperação ENAT nº 02/2005 – II ENAT. **Protocolo de Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio da Receita Federal do Brasil, os Estados e o Distrito Federal, por intermédio de suas Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, e os Municípios, objetivando o desenvolvimento do Sistema Público de Escrituração Digital que atenda aos interesses das Administrações Tributárias**. UNIÃO, por intermédio da Receita Federal do Brasil, São Paulo, SP, 27 ago. 2005.

BRASIL. Protocolo de Cooperação ENAT nº 03/2005 – II ENAT, de 27 de agosto de 2005. **Protocolo de Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio**

da Receita Federal do Brasil, os Estados e o Distrito Federal, por intermédio de suas Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, e os Municípios, objetivando a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, integrante do Sistema Público de Escrituração Digital. União, por intermédio da Receita Federal do Brasil, São Paulo, SP, 27 ago. 2005.

BRITO, Demes. **Legalidade do sistema público de escrituração digital - SPED** disponível em <<http://jusvi.com/artigos/38765>> acessado em 11/10/09

Duarte, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal – na Era do Conhecimento**. Quanta, 2008

Fávero, Luiz Hamilton, ET. Al, **Contabilidade: teoria e prática**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SEFAZ, Maranhão IN <<http://www.sefaz.ma.gov.br/nfe/descricao.asp> acesso em 13/09/2009.

BRASIL. Receita Federal. Disponível em:<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>>acesso em 25/08/2009.

Marion, José Carlos.**Contabilidade básica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Oliveira, Luís Martins. **Manual de Contabilidade Tributária**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007

PWI.**Sistema administrativo com nota fiscal eletrônica (NFe) e SPED integrados** disponível em <www.pwi.com.br/erp_nfe.asp> acessado em 07/11/2009.

SEFAZ, Mato Grosso IN<SEFAZ-MT. Decreto nº 1.944 de 06 de outubro de 1989. **Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.** Governador do Estado, MT 06 de out. 1989. Disponível em: <www.sefaz.mt.gov.br/legislação/decreto> acessado em 09/09/2009.

Silva, Cesar Augusto **Tibúrcio. Contabilidade básica.** 2 ed. São Paulo. Atlas, 2000. SRF, Brasil INF<

ANEXO

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TEMA:

Aspectos Relevantes da Implantação da Nota Fiscal Eletrônica: Uma Abordagem aos Profissionais de contabilidade do município de Juína – MT.

Destinação: Contabilistas e Responsáveis por Escritórios de Contabilidade.

Qualquer dúvida em relação às questões, favor entrar em contato através do endereço de e-mail:

edsonwe@bol.com.br, ou através do Telefone (66) 9224-4173

1) Sexo do Contabilista?

1. () Masculino
2. () Feminino

2) Idade do Contabilista?

1. () 22 a 30 anos
2. () 31 a 40 anos
3. () 41 a 50 anos
4. () Acima de 50 anos

3) Qual sua formação Profissional?

1. () Contador Graduado
2. () Técnico em Contabilidade

4) Há quanto tempo atua na área?

1. () 1 a 5 anos
2. () 6 a 10 anos
3. () 11 a 15 anos
4. () mais de 15 anos

05) Atua em qual Segmento?

1. () Empresa Privada
2. () Empresa Pública
3. () Proprietário de Escritório Contábil
4. () Autônomo
5. () Não Atua na área

06) Você esta preparado para dar suporte ao seu cliente em relação ao SPED e NF-e?

1. () Sim, tenho informação suficiente para executar e assessorar meus clientes;
2. () Não, há muitos entraves e questionamentos quanto ao assunto;
3. () Estamos em processo de atualização quanto ao assunto;
4. () Não, as informações passadas pelo fisco não é suficiente para a compreensão do assunto.

07) Há falta de informação por parte do governo em relação ao assunto?

1. () Sim, apenas a legislação não é suficiente para sanar nossas duvidas e as informações por parte do governo acabam se divergindo.
2. () Não, o governo tem sido grande parceiro do contribuinte e profissional contábil sanando todas as duvidas.
3. () Alguma dúvida sempre há, ainda mais se tratando de um assunto novo que muda o cenário arcaico.
4. () Não só a falta de informação, mas também deveria disponibilizar uma equipe para treinar e dar suporte através de palestra em nosso município.

08) Em sua opinião, a Nota Fiscal Eletrônica tem contribuído para a maximização do serviços contábeis?

1. () Sim, pois além de contribuir para a eliminação do processo burocrático podemos dizer que haverá reconhecimento (financeiramente e profissionalmente).
2. () Não, pois acredito que o único beneficiário nesta historia é o fisco.
3. () Sim, pois além de contribuir para diminuição do processo burocrático os serviços contábeis passam a ser totalmente eletrônico, onde o profissional apenas dará suporte às eventuais duvidas.

4.() Acredito que hoje na “fase de implantação do sistema eletrônico” não há um resultado aplausivo, no entanto pós - implantação poderemos dizer que a NF-e contribui para a reestruturação e maximização dos serviços contábeis agregando mais valor a nossa profissão.

09)Em sua opinião, com a implantação da NF-e, quem será o principal beneficiário?

1. () Contribuinte (comprador/vendedor)
2. () Contadores (escritórios)
3. () Governo (fisco)
4. () Todos

10)Com a implantação do sistema eletrônico houve aumento na demanda de serviço?

- 1.() Sim, tivemos que nos atualizar quanto ao assunto, através da legislação, palestras e outros eventos, dessa forma o tempo que deveria ser utilizado para o desenvolvimento das atividades passou a ser utilizado para estudos (atualização).
- 2.() Não, o sistema eletrônico é bem simples de ser compreendido, e reduz o tempo no desenvolvimento das atividades contábeis com diminuição da burocrática.
- 3.() Sim, pois toda mudança a principio gera transtorno e lentidão no desenvolvimento das atividades.
- 4.() Não, as atividades continuaram sendo desenvolvidas normalmente.

11)Houve contratação de novos funcionários com as modificações no cenário contábeis no tocante ao PROJETO SPED e NF-e?

- 1.() Sim, o quadro de funcionário existente não era suficiente para atender as exigências do fisco, visto que a EFD deveria ser entre até dia 30/09/09 (Ato Cotepe/ICMS nº 15, de 19 de março de 2009).
- 2.() Não, passamos a responsabilidade das eventuais multas incidentes pela não entrega da escrituração fiscal digital (EFD) na data estabelecida pelo fisco, aos nossos clientes.
- 3.() Não, o quadro de funcionário é suficiente para o desenvolvimento das atividades e atender as exigências do fisco.

4.() Ainda não, porém iremos contratar novos funcionários para atendermos a demanda de serviço.

12) As novas obrigações fiscais que representam despesa para as empresas em geral, para as consultorias contábeis e escritórios de contabilidade são sinônimo de novos clientes e aumento de faturamento. Você concorda com essa afirmação?

1.() Sim, pois com as novas exigências fiscais passamos a ser o principal responsável por: esclarecer, orientar e executar, fazendo cumprir o que diz a legislação.

2.() Não, pois os cliente acham que não fazemos mais do que a nossa obrigação em conhecer interpretar a leis, e até mesmo executar a tarefa para eles.

3.() Não, as empresas não estão acompanhando essas mudanças, pois já pagam para que o profissional de sua escolha faça isso.

4.() Sim, as empresas idôneas estão preocupadas com este cenário e procura refugio no profissional que estiver bem preparado, mesmo que isto signifique aumento nos honorários contábeis.

13)Além do investimento pessoal, os escritórios de contabilidade também terão que investir em tecnologia. Isto tem sido uma realidade em sua empresa?

1.() Sim, compramos novas maquinas e adequamos os sistema programas contábeis.

2.() Não, a estrutura que temos é suficiente para o desenvolvimento das atividades

3.() Até agora não tivemos mudança, mas já estou ciente que deveremos ter o investimento tecnológico e programas.

4.() Não muda nada em questão de maquinas ou programas, o foco é apenas atualizar-se quanto à legislação.

14)Apesar dos novos desafios e exigências, profissão e profissionais ganham mais importância e qualidade na era digital?

- 1.() Com certeza, pois somos responsáveis de certa forma em fazer cumprir essas mudanças.
- 2.() Não, a forma de executar o trabalho não interfere na profissão, independente de ser manual, maquinizado, informatizado ou eletrônico e nem tão pouco reflete na pessoa que executa.
- 3.() Sim, é um grande marco para nossa classe, cada inovação que vem desburocratizar e dar mais êxito aos serviços contábeis sempre serão bem aceitos.
- 4.() Sim, pois contribui para maximização dos serviços contábeis.

15)As inovações, mudanças, e principalmente o avanço tecnológico tem contribuído para o aprimoramento do profissional contábil?

- 1.() Com a informatização e todas as inovações ocorridas na área contábil diminuindo os serviços burocráticos, podemos dizer que o profissional contábil dedica maior parte do tempo em leituras.
- 2.() Mesmo com a simplificação dos serviços contábeis, quase não sobra tempo para estudo e leitura.
- 3.() Além de estudo, leitura participo de palestras e eventos que venha contribuir para a minha profissão.
- 4.() As mudanças ocorridas não agregaram valor algum ao profissional contábil

16)Com as varias mudanças ocorrido na legislação no âmbito fiscal e tributário como por exemplo: convergência das normas internacional da contabilidade (lei 11.638/07) , o projeto SPED e NF-e. Neste novo cenário qual o papel principal do profissional contábil?

- 1.() Gestor de Informação
- 2.() “Guarda – livros”
- 3.() especialista em programas de informática

4.() Auditor fiscal

17)Na sua opinião, as informação que o governo tem passado é suficiente para atender as suas necessidades quanto ao SPED e a NF-e:

1.() Sim, há decretos, leis e normas que ajudam no entendimento do assunto

2.() Sim, o governo tem se sensibilizado disponibilizando além de leis decretos, normas envia uma equipe para treinar os contadores quanto ao assunto, aos municípios.

3. () Não, a legislação muda constantemente e não é clara em relação ao assunto.

4.() Não, pois como se trata de um assunto de tal relevância que muda o cenário arcaico para o eletrônico, podemos dizer que o prazo exigido para adaptação pelo fisco é insuficiente.

18) Quais os principais benefícios para a contabilidade?

1.() Redução no quadro de funcionário uma vez que com a informatização e os meios eletrônico a burocracia diminui;

2.() Valorização do profissional contábil, pois estamos preparado para assessorar nossos clientes quanto as mudança na legislação e as exigências do fisco;

3.() Auxilia nas atividades do contador. O mesmo arquivo enviado pelo vendedor ao comprador poderá também ser usado pelo contador para efetuar os cálculos tributários;

4.() Maximização dos serviços contábeis, onde o tempo gasto para lançamentos manuais da escrituração fiscal e contábil serão utilizado para transformar dados em informações contribuindo para a tomada de decisão de nossos clientes.

19)A tendência da contabilidade é de ser totalmente eletrônica com o advento da NF-e?

- 1.() Sim, chegará o momento em que não serão mais necessários fazer a escrituração fiscal e os lançamentos contábeis, a cada nota fiscal emitida eletronicamente a mesma irá para o centro de custo do sistema contábil da empresa, além de calcular todos impostos incidentes para a mesma.
- 2.() Sim, mais levará décadas para chegar a tal ponto
- 3.() Não, o sistema eletrônico nunca substituirá os lançamentos manuais pois ele é indispensável para uma boa contabilidade.
- 4.() Podemos dizer que grande parte do processo passará a ser de forma eletrônica, no entanto isto não dispensa o profissional que deverá: alimentar, monitorar, corrigir eventuais erros e o principal interpretar essas informações.

20)Qual o principal benefício para os contabilistas?

- 1.() Facilitação e simplificação da Escrituração Fiscal e Contábil;
- 2.() Oportunidades de serviços de consultoria ligados a NF-e.
- 3.() Não precisará fazer os lançamentos contábeis, pois os sistema da nf-e é integrado com programas contábeis.
- 4.() Valorização profissional

Muito Obrigado por sua rica e generosa colaboração!